



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais - FAJS

LAÍS CAMPOS REIS

**A HEGEMONIA DO “OUTRO”, OCIDENTE E IMPERIALISMO: A MUDANÇA DE
IDENTIDADE JAPONESA NA ERA MEIJI (1868-1912)**

BRASÍLIA
2015

LAÍS CAMPOS REIS

**A HEGEMONIA DO “OUTRO”, OCIDENTE E IMPERIALISMO: A MUDANÇA DE
IDENTIDADE JAPONESA NA ERA MEIJI (1868-1912)**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB)

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA
2015

LAÍS CAMPOS REIS

**A HEGEMONIA DO “OUTRO”, OCIDENTE E IMPERIALISMO: A MUDANÇA DE
IDENTIDADE JAPONESA NA ERA MEIJI (1868-1912)**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB)
Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

Brasília, ____ de _____ de 2015

Banca Examinadora

Professor Frederico Seixas Dias
Orientador

Professor examinador

Professor examinador

AGRADECIMENTOS

Chega o fim de uma jornada e novos caminhos se abrem à frente. Tenho o privilégio de conhecer uma série de pessoas muito especiais, que contribuíram e continuam a contribuir na minha vida e na formação de quem sou.

Gostaria de estender meus agradecimentos à minha mãe, Gislaine, e ao meu pai, Cláudio, por todo amor, confiança e pelas oportunidades que me ofereceram ao longo da vida. Palavras não são suficientes para expressar minha gratidão.

Ao meu professor orientador, Frederico Dias, por dividir seu conhecimento, abrir minha mente para novas possibilidades e contribuir de forma inestimável à realização desta monografia. Amplio meus agradecimentos para o restante do corpo docente do UniCEUB, por todo apoio e aprendizado transmitido ao longo desses quatro anos de graduação.

Agradeço também à minha família como um todo – avós, tios e primos – por todo apoio e encorajamento. Ao meu irmão Artur, por me conceder a alegria de possuir um melhor amigo dentro do próprio lar. Também não vou esquecer do Jack!

E por fim, agradeço aos meus amigos por todo apoio oferecido e pelos momentos que dividimos. Obrigada!

*“Quem conhece os outros é inteligente.
Quem conhece a si mesmo é sábio.
Quem vence os outros é forte.
Quem vence a si mesmo é poderoso.
Quem se faz valer tem força de vontade.
Quem é auto suficiente é rico.
Quem não perde o seu lugar é estável.
Quem mesmo na morte não perece, esse vive.”*

Miyamoto Musashi

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo ponderar acerca das origens da política imperialista adotada pelo Japão no período final da Era Meiji, bem como os elementos relacionados à construção da identidade do Estado Japonês. Nesse contexto, faz-se uma análise do sistema hegemônico regional asiático e da formação histórica do Japão até a Era Tokugawa, com enfoque na política externa do período. Além disso, são conduzidas reflexões sobre os efeitos tanto da ideologia expansionista Ocidental ao fim do século XIX quanto da queda da China na reformulação da identidade japonesa. A metodologia escolhida consiste na pesquisa histórica e método interpretativo, aliados à aplicação de teorias de Relações Internacionais. Nesta pesquisa são utilizados conceitos de diversas vertentes teóricas do campo de RI, como o Neorrealismo, Leninismo e principalmente Construtivismo Social, visando uma abordagem crítica com o uso de diversas óticas para contribuir no debate sobre as principais causas do imperialismo japonês do século XX.

Palavras-chave: Japão. Imperialismo. Identidade. Construtivismo. Hegemonia. Leste Asiático.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to ponder upon the origins of the imperialistic politics adopted by Japan by the late Meiji Period, as well as the elements related to identity-building of the Japanese State. In this context, it is presented an analysis of the Asian hegemonic regional system and of the historical formation of Japan until the Tokugawa Period, focusing on the foreign policy of the time. In addition, reflections are made about the effects of both the Western expansionist ideology of the late 19th century and the meaning of the fall of China concerning the reformulation of Japanese identity. The chosen methodology consists in historical research and interpretative method, both combined to the application of International Relations theories. In this paper, concepts from different theoretical strands among the IR field are used, such as Neorealism, Leninism, and mostly the Social Constructivism, aiming a critical approach with the use of multiple views to contribute to the debate about the main reasons of the Japanese imperialism in the 20th century.

Key words: Japan. Imperialism. Identity. Constructivism. Hegemony. East Asia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 HISTÓRIA DO JAPÃO PRÉ-MEJI E SISTEMA REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO.....	10
1.1 Sino-centrismo regional: o sistema tributário chinês.....	10
1.2 Japão: da formação até a Era Tokugawa.....	16
1.3 O shogunato Tokugawa.....	22
2 O ‘ISOLAMENTO’ E O FIM DA ERA TOKUGAWA.....	26
2.1 Sakoku – A política externa da Era Tokugawa.....	26
2.2 <i>Bakumatsu</i> – O fim do <i>bakufu</i>	31
2.3 A queda do ‘Outro’ japonês.....	32
2.4 Comodoro Perry e a abertura forçada do Japão.....	33
2.5 O darwinismo social.....	36
2.6 A Restauração Meiji.....	37
3 A ERA MEJI E O IMPERIALISMO JAPONÊS.....	40
3.1 Concepções de Imperialismo e o Contexto Meiji.....	40
3.2 A Queda do ‘Outro’ e a Formação de Identidade.....	47
3.3 Pan-asiatismo, o discurso imperialista e considerações finais.....	51
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

A chamada Era do Imperialismo, cujo auge se deu no século XIX e início do século XX, foi palco de uma verdadeira corrida colonial entre as principais potências ocidentais em direção à expansão de suas influências e conquista de territórios na África e Ásia, com consequências profundas e nefastas em toda região. No entanto, nesse caótico cenário, uma particularidade emergiu – o Japão, o único país não ocidental a adotar políticas imperiais de dominação como as poderosas nações europeias e os Estados Unidos. Afinal, quais seriam os motivos que conduziram ou permitiram essa guinada política em um país sem tradição colonialista?

Ainda que muito se tenha avançado no estudo relativo ao imperialismo de modo geral e, mais especificamente, do imperialismo japonês na primeira metade do século XX, ainda existe um significativo grau de controvérsias entre os acadêmicos no que diz respeito às principais causas da Restauração Meiji e a posterior mudança de postura na política externa do país. Nesse contexto, analisar as diferentes variáveis e destacar o cerne dessa questão é um passo necessário para a chegada a um consenso e um maior entendimento desse tipo de dinâmica da política internacional.

Diante do fato de que esta pesquisa se baseia na análise de um acontecimento passado, sendo que o recorte temporal utilizado abarca as décadas finais do século XIX e o início do século XX, foi escolhido como mais adequado o método de pesquisa histórica, método este amplamente utilizado no campo de Relações Internacionais, juntamente com o método interpretativo, tendo em vista que se planeja uma abordagem que se afasta da noção de quantificação do mundo social e se aproxima de uma que valoriza o entendimento dos fenômenos sociais, seu aspecto de co-constituição e seus entendimentos por parte dos agentes.

É importante ressaltar a noção de que, assim como foi argumentado por Racy em *História e Política Externa Brasileira: Considerações sobre a História e Historiografia das Relações Internacionais no Brasil* (2005), pensar a história é um passo importante para se compreender o presente e futuro e através de problemas específicos somos capazes de tecer análises que nos levem à compreensão da realidade social, inclusive de nosso tempo, sendo essa uma das principais características do chamado método de pesquisa histórica (RACY, 2005).

Além disso, acerca do outro método a ser aplicado, o interpretativo, suas diretrizes condizem com o objetivo de condução e análise do problema de pesquisa presente. Conforme

Moore em *Research Methods for International Relations Studies* (2007), os métodos interpretativos são caracterizados como qualitativos, abordando os aspectos da importância dos significados, entendimento profundo das estruturas e análise do discurso como elemento vital na construção da ‘realidade’ (MOORE, 2007), sendo esse método intimamente ligado à vertente teórica do construtivismo, que será uma das principais teorias utilizadas na condução do trabalho.

Nesse sentido, o primeiro capítulo é dedicado à análise do contexto sistemático regional do Extremo Oriente vigente desde a Antiguidade e suas implicações para os países nele inseridos, bem como um breve histórico da formação e unificação do Japão, para compreender as suas bases históricas e políticas. No segundo capítulo, o foco se dá na política externa japonesa na duradoura Era Tokugawa, que precedera a Era Meiji, em como os eventos que levaram à abertura forçada do Japão por potências Ocidentais e as consequentes implicações na região e no Japão. Além disso, faz-se uma análise da ideologia do darwinismo social, em voga no pensamento e prática das potências imperialistas do final do século XIX, além da descrição e reflexão acerca dos eventos que deram início à Revolução Meiji. Por fim, o capítulo 3 aborda as diferentes concepções de imperialismo, aplicando-as no contexto japonês, somado às implicações para a identidade japonesa diante da queda de seu ‘Outro’ e da presença predatória ocidental na região, bem como o surgimento da ideologia Pan-asiatista atrelada ao discurso imperialista.

1 HISTÓRIA DO JAPÃO PRÉ-MEJI E SISTEMA REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO

É recorrente, no âmbito acadêmico e na análise do campo de relações internacionais, utilizar conceitos, modelos e noções particulares da experiência europeia para tentar explicar elementos presentes na Ásia, o que pode potencialmente conduzir à uma interpretação errônea dos contextos e elementos observados.

Não obstante, analisar as implicações do imperialismo ocidental e suas consequências práticas no Japão é uma tarefa invariavelmente ligada à percepção de elementos históricos, mas sem cair na armadilha de apresentar os fatos com uma visão eurocêntrica. Para tanto, é necessário se executar não uma reflexão pontual e ditada nos termos das dinâmicas globais nos moldes westphalianos e ocidentais, mas sim um questionamento contextualizado abrangendo os elementos próprios do Japão, da região do Leste da Ásia e das origens da dinâmica política do período em questão.

1.1 Sino-centrismo regional: o sistema tributário chinês

Para compreender a história do Japão e sua formação, suas estruturas políticas e reflexos que podem nos levar a explicar os motivos do imperialismo, é imprescindível abordar o sistema regional social vigente por milênios no Leste Asiático. Com efeito, a experiência do Extremo Oriente parece sugerir um caso *sui generis* de estabilidade como regra das relações internacionais entre os países que se localizavam próximos ao centro desse sistema hierárquico (KANG, 2012).

Situação esta muito diferente dos constantes conflitos entre Estados que tiveram como palco a Europa ao longo dos séculos – aqui, os períodos prolongados de paz eram a exceção, não a regra (ARRIGHI, 2008). Charles Tilly, por exemplo, ao analisar a história da Europa e a formação de seus Estados nacionais, constatara que a guerra, bem como seus preparativos, eram as principais forças motrizes nesse processo (TILLY, 1993).

Em outras palavras, a ameaça representada e causada por outros Estados fez com que quase todos governantes da Europa se envolvessem na guerra internacional (MONSMA, 1995, p. 24-28), tendo os Estados se desenvolvido através da busca pela extração dos recursos demandados para os esforços de guerra com os demais. Dessa forma, a experiência europeia,

em que um número de estados similares engajou em séculos de interminável conflito interestatal, é tomada como padrão universal (ARRIGHI, 2008).

Todavia, ainda que conflitos estejam presentes no processo de unificação de países do Extremo Oriente, eles são na maioria dos casos de natureza interna – conflitos internacionais, como os presentes na Europa, foram praticamente inexistentes entre os países mais poderosos inseridos no chamado ‘sistema tributário chinês’¹. Como então explicar a chamada *Pax Sinica*, em que a região se viu livre de guerras interestatais, com apenas uma exceção, por mais de 600 anos, levando em consideração que os Estados integrantes possuíam a capacidade tanto militar quanto tecnológica para engajar em guerras de imensas proporções (KANG, 2012)?

É necessário, antes de tudo, esclarecer as bases desse sistema. Os autores Barry Buzan e Zhang Yongjin em seu artigo *The Tributary System as an International Society in Theory and Practice* (2012), ressaltam que havia na China Antiga uma noção prevalente, cujas raízes eram anteriores até mesmo ao Confucionismo, de que o universo como um todo é pacífico e harmonioso, partindo daí um entendimento da existência de uma harmonia natural entre as forças divinas e terrenas, permeadas por um senso de comunidade. Essa noção gerou as bases para a concepção de que as comunidades e instituições, sejam elas políticas ou sociais, possuem um propósito moral de manter a ordem dessa harmonia cósmica (YONGJIN; BUZAN, 2012).

Complementarmente, a abordagem de David C. Kang no livro *East Asia Before the West: Five Centuries of Trade and Tribute* (2012) também auxilia a compreender a dinâmica do sistema. Segundo o autor, o Leste Asiático pode ser considerado, talvez, a região que conta com a história mais duradoura de governo territorial centralizado no mundo, governos esses definidos como Estados que estabeleceram controle político sobre um território definido:

Max Weber’s famous definition of state provides a starting point: states represent a social community and territory, with a monopoly of legitimate violence within their territory. By this definition, early modern China, Korea, Japan and Vietnam were indeed states, and they emerged far earlier than did their European counterparts. These four political units were centrally organized, bureaucratically administered systems defined over a geographic area that conducted formal diplomatic relations with one another. (KANG, 2012, p.26).

¹ O termo ‘tributário’ nesse caso não deve ser confundido com tributos financeiros, como a captação de impostos.

A China Imperial era claramente a hegemonia da região e, como tal, sua principal filosofia Confucionista exerceu uma influência poderosa no resto das políticas domésticas e internacionais da região. O conceito de hegemonia aqui aplicado, conforme o autor, consiste na influência e na autoridade de um Estado sobre os demais, ou seja, um ator possui a capacidade de estabelecer as regras do sistema segundo seus próprios interesses. Isso difere da pura dominação e aplicação de capacidades coercitivas, pois envolve também uma ordem social que legitima o sistema e onde o hegemom estabelece regras e normas, tomadas como legítimas pelos estados secundários. Apesar disso, a China tinha pouco interesse em ativamente exportar seus próprios ideais e valores através da imposição aos países vizinhos, preferindo ao invés disto focar na prática de relações exteriores, tanto diplomáticas quanto de comércio. Isso permitiu aos países que a cercavam contestar, modificar e adaptar as ideais chinesas para seus próprios fins (KANG, 2012).

Grupos não-chineses eram categorizados como bárbaros para o Império Chinês – mas sua transformação para um status de ‘civilizado’ era possível diante da exposição à cultura e civilização chinesa, ambos pautados nos princípios Confucionistas. Esse fato demonstra um importante elemento do sistema tributário chinês: seu princípio organizacional, que exprimia a chamada ‘inequidade de soberanias’. Em outras palavras, é um sistema inerentemente desigual, cuja hierarquia social é organizada de forma concêntrica – com a China no núcleo – segundo padrões culturais. Mas mesmo nesse contexto hierarquizado de primazia chinesa, os participantes desse sistema ainda assim retinham sua soberania e autonomia, conduzindo suas políticas domésticas e externas de forma independente (YONGJIN; BUZAN, 2012).

O conceito de uma *Pax Sinica* como hierarquicamente concêntrica pressupõe um núcleo – que consistia na China Imperial – cercado pelos estados mais influenciados pela cultura e civilização chinesa. O Japão localizava-se nesse esquema em um ponto de grande proximidade com o centro, juntamente com a Coreia (dividida em Três Reinos da Coreia) e Vietnã. Esses países, por sua vez, estabeleceram sistemas burocráticos e de governança segundo moldes chineses, além de adotar elementos de linguagem, escrita, calendário e sistema educacional originários da China. Além disso, a elite desses países privilegiava a literatura, arte e filosofia política chinesas como conhecimento superior (YONGJIN; BUZAN, 2012).

Yongjin e Buzan destacam também a relevância dos elementos culturais e a constituição social do sistema tributário chinês. Ele não se limita à apenas uma estrutura estratégica de

trocas entre a China Imperial e os demais participantes do sistema. Seu conceito, em suma, pode ser entendido como uma espécie de sociedade internacional dotada de estrutura social própria, um ambiente de complexas relações sociais entre os membros que dele participam e o constituem. Com efeito, esse sistema produz e possui instituições próprias², que por sua vez definem as normas e comportamentos legítimos dos Estados nele inseridos. Essa aceitação mútua das ‘profundas regras do jogo’ é compartilhada de forma a gerar e manter uma ordem social (YONGJIN; BUZAN, 2012, p.10). O termo ‘sociedade’ aqui aplicado é definido como um grupo político consciente, cujas ideias compartilhadas, normas e interesses determinam a integração no grupo. Seus interesses podem não ser idênticos e não se nega a possibilidade de que os membros podem entrar em conflito eventualmente, mas eles compartilham os mesmos entendimentos básicos sobre os critérios do grupo, seus valores e normas e como medir o status (KANG, 2012).

Dessa forma, Kang aponta que o sistema tributário chinês tinha como base a mistura de poder material com autoridade legítima, gerando uma ordem social normativa onde também existia o comprometimento por parte da China de não explorar estados secundários que aceitavam sua autoridade e centralidade. A China permanecia no topo da estrutura hierárquica e não havia maiores contestações das regras do sistema até o fim do século XIX com a chegada dos poderes Ocidentais (KANG, 2012). Cabe ressaltar que esse sistema não se tratava de uma suserania, pois apesar da clara hierarquia desse sistema, ainda existiam diversos atores cuja amplitude de autonomia não seria possível em uma relação suserano-vassalo. A China agia mais como hegemom do que suserano, exercendo autoridade através tanto de seu poder material quanto autoridade moral (YONGJIN; BUZAN, 2012).

Estados vizinhos emulavam as práticas chinesas por um número de razões, especialmente como forma de controle doméstico político e social, além de ferramenta para manter as relações diplomáticas e comerciais com a China. As ideias chinesas eram adotadas domesticamente nos países próximos ao centro – como mencionado, especificamente Coreia, Vietnã e Japão - de forma vertical, com as elites, justamente por prover modelos capazes de

2 Segundo Yongjin e Buzan (2012), um número considerável de instituições e rituais compõem o sistema tributário chinês, incluindo a diplomacia, guerra, equilíbrio de poder e comércio, mas também a inequidade de soberania ordenada (associada com uma hierarquia culturalmente determinada e identidade ‘civilizada’), tributos e ritos. Esses últimos três elementos são claramente instituições com bases em pressupostos culturais chineses, que englobam normas, princípios e regras de comportamentos aceitáveis de pessoas e Estados que tenham contato com a China Imperial.

oferecer soluções para seus problemas práticos, auxiliando na centralização e ordenação do Estado (KANG, 2012).

É importante ressaltar que não havia um acordo unânime e inquestionável das práticas entre os Estados, pois cada um interpretava os valores fundamentais compartilhados e as práticas institucionais básicas conforme suas próprias culturas, ou seja, aceitando o sistema conforme seus próprios termos. Entretanto, a moral Confucionista de ordem social que permeava toda a estrutura do sistema tributário chinês era aceita sem maiores questionamentos. Havia um claro reconhecimento da legitimidade da autoridade da hegemonia chinesa que emanava não de seu poder material, mas de suas conquistas e elementos culturais (YONGJIN; BUZAN, 2012). Nesse contexto, o sistema tributário tornou-se um elemento no qual os atores que nele se inseriam seletivamente contestavam, rejeitavam, adotavam e internalizavam as normas, valores e práticas institucionais chineses a partir de processos de socialização e sua reprodução contribuía para legitimar a sua estrutura constitutiva e seus valores compartilhados (YONGJIN; BUZAN, 2012). O seguinte trecho, proposto por Kang, sintetiza claramente os aspectos até então discutidos sobre o sistema tributário chinês:

Dentro desse sistema, a conquista cultural na forma de status era uma meta tão importante quanto poderio militar ou econômico. A hierarquia de status e ordem do ranking eram componentes chaves desse sistema, e o ranking não necessariamente derivava de poder político, econômico ou militar. China era o hegemom e seu status derivava de suas conquistas culturais e reconhecimento social por parte de outros atores políticos, não do seu tamanho bruto ou poder econômico ou militar. Todas unidades políticas nesse sistema jogavam de acordo com essas regras. Até mesmo unidades políticas que rejeitavam noções Confucionistas de conquistas culturais – como os nômades – aceitavam as maiores regras do jogo, a forma com a qual a hierarquia era definida e a forma de condução das relações internacionais, e eles definiam seus próprios ideias e culturas em oposição às ideias e instituições dominantes da época. (KANG, 2012, p.25, tradução nossa).

Cabe ressaltar que a relação dentro desse sistema nunca é multilateral, apenas bilateral – entre a China e outro país – reforçando a noção de centralidade do Império Chinês. Outra característica é a abertura desse sistema para qualquer ator que deseje nele ingressar; seguindo essa lógica, qualquer participante pode agir no sentido de contestar e deixar de participar. Essas características denotam um caráter de livre acesso e elasticidade ao sistema tributário (YONGJIN; BUZAN, 2012).

O sistema, base das relações entre Estados, com suas noções inerentes de inequidade e suas múltiplas regras e responsabilidades para a manutenção de relações entre desiguais, gerou ferramentas para resolver conflitos sem se recorrer à guerra. Essa estabilidade não implica que a violência internacional no Leste Asiático era rara ou inexistente. Havia uma quantidade considerável de violência, mas que tendia a ocorrer exclusivamente entre a China e os povos nômades em suas fronteiras norte e oeste – o mesmo não ocorria entre a China e os Estados membros de seu sistema tributário. Os nômades e estados da Ásia Leste operavam em um sistema unipolar, onde a China era o superpoder inquestionável. Nesse contexto hegemônico, as relações chinesas com os nômades – que não aceitavam a autoridade do Império Chinês - eram caracterizadas pela guerra e instabilidade, enquanto as relações com os estados no sistema tributário eram caracterizadas pela paz e estabilidade (KANG, 2012).

A abordagem teórica de Cox (1996), ao debater o conceito de hegemonia utilizando elementos gramscianos, propõe algumas características que condizem com o sistema tributário chinês. Segundo ele, em termos históricos, para um Estado tornar-se hegemônico, ele teria que encontrar e proteger uma ordem mundial cujo conceito fosse universal. Ou seja, não poderia ser uma ordem onde um Estado explora os demais, mas sim em que a maioria dos outros Estados dentro do alcance da hegemonia compreendessem como compatível com seus interesses (COX, 1996, p. 61), ressaltando o grau de consentimento dessa forma de dominação.

O caso do Japão nesse sistema merece atenção especial. Dentre os quatro principais Estados no início da era moderna do Leste Asiático, o Japão tinha as relações mais ambíguas com a China. A influência chinesa, apesar de constante e poderosa, era assimilada de forma a coexistir com normas e práticas próprias do Japão, tendo a cultura chinesa efeitos um pouco menos acentuados do que no Vietnã e na Coreia. O Estado japonês que se desenvolveu ao longo dos séculos, como será detalhado no capítulo seguinte, era de muitas formas influenciado pela China.

A influência chinesa não era presente somente na estrutura política, como também cultural. Um elemento recorrente na literatura japonesa – ou até na cultura – era o amor e rejeição da influência chinesa, a dualidade entre o reconhecimento da China como ‘civilização superior’ e o desejo japonês de construir a própria identidade. O que era ‘japonês’ devia sempre ser considerado em relação ao que era ‘chinês’, demonstrando claramente a posição da China como o Outro e a construção da identidade japonesa com base no país vizinho, sua

cultura, prática e normas (KANG, 2012). Os intelectuais e oficiais políticos japoneses faziam a distinção entre a Civilização Chinesa, a qual eles reverenciavam, e o Estado Chinês, a que direcionavam um nível de ceticismo. Mas mesmo sendo em certa medida céticos e hesitantes, viam a si próprios como um Estado pautado em normas Confucionistas e determinavam sua identidade com base no pertencimento ao sistema tributário. Isso fica evidente ao observar que apesar de suas reservas e rejeições de alguns princípios, o Japão só desafiou com base no *hard power* a ordem sistêmica uma vez antes da intervenção Ocidental do século XIX (KANG, 2012).

1.2 Japão: da formação até a Era Tokugawa

Como o objetivo aqui não é se alongar na análise das origens étnicas e desenvolvimento pré-histórico do arquipélago japonês, as Eras Paleolítica e Jōmon, que abrangem de 35000 AC – 300 AC não serão relevantes como objeto de discussão. A Era posterior, denominada Período Yayoi (300 AC – 250 DC) marca o início da agricultura de arroz e organização tribal mais complexa (HANE, 1991). Contudo, um ponto de maior relevância nesse contexto é a primeira menção do Japão em registros escritos, pela China, na data aproximada de 57 DC, que denominava o povo japonês como o povo de ‘Wa’. Esse termo, que passou a ser adotado como nomenclatura não só no Império Chinês como também pelo próprio povo japonês e pelos Três Reinos da Coreia, carrega uma significância etimológica ideologicamente carregada - o ideograma de ‘Wa’ (倭) possui uma conotação negativa, implicando ideias de submissão, docilidade e obediência (CARR, 1992).

O período Kofun, de 250-538 DC, foi marcado por profundas transformações determinantes na história japonesa. Deu-se a gênese de uma aristocracia de clãs altamente militarizados, que disputavam entre si o domínio das terras fragmentadas nas ilhas de Honshu, Shikoku e Kyushu. Nos moldes do poderoso vizinho, o Império Chinês, o clã Yamato instaurou o início da linhagem imperial³, com sistema administrativo e organização social baseados nos da China, mas se utilizando de elementos da religião local Shinto como prerrogativas para justificar o poder como divino (HANE, 1991).

³ O clã Yamato, ganhando poder a partir do século 3, estendia seu domínio de regência sobre a região centro-sul do arquipélago japonês, abrangendo a metade inferior da ilha de Honshu, boa parte da ilha de Kyushu e a totalidade da ilha de Shikoku.

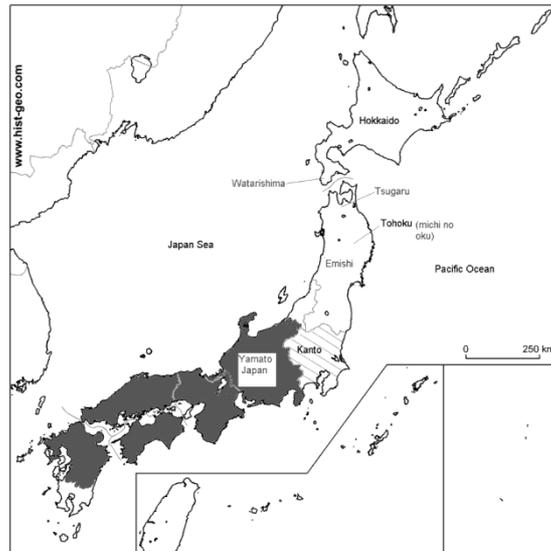
Cabe aqui ressaltar que, apesar de se autodenominar um Imperador, isso era mais uma construção semântica, similar à composição do termo em chinês, do que o exercício do poder considerado de fato como de um imperador – que inclui o domínio sobre povos de diferentes origens étnicas e culturais, que ocupam a posição de periferia e o império, de centro. Isso porque o termo ‘imperador’ (天皇)⁴, traduzido como ‘soberano dos céus’, carrega uma conotação religiosa e sobrenatural, utilizada para justificar com bases mitológicas o poderio divino do clã Yamato como descendentes da deusa do sol Amaterasu (FUKASE-INDERGAARD; INDERGAARD, 2008, p. 351). É um consenso entre os historiadores que, assim como o caso do Vietnã na época, o ‘imperador’ japonês era de fato um monarca⁵ (HANE, 1991) (BEASLEY, 1999) (KANG, 2012). Logo, tanto a denominação do governante como Imperador e o país como Império do Japão não implicavam em um poderio imperial – que por sua vez implica necessariamente em um domínio extraterritorial, ou seja, de povos de origens territoriais, étnicas e culturais distintas (HOWE, 2002) - como era o caso do Império Chinês, mas uma construção de semântica e de identidade – somente na Revolução Meiji, a ser aqui abordada futuramente, que o Imperador do Japão adquire o real status do termo (JANSEN, 2002).

A língua escrita chinesa também foi adotada como padrão pela elite japonesa nascente em diversas regiões. A partir do século V, o Japão Yamato passou a prestar tributos para a China Imperial, integrando então o sistema tributário chinês, e estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os Três Reinos da Coréia, fatos estes que foram acompanhados de uma maior migração de povos chineses e coreanos para o arquipélago (JANSEN, 2002)

Figura 1 – Área do Japão Unificada sob o Governo Yamato

⁴ Consulta da lexicografia do termo realizada em: < <http://jisho.org/word/天皇>>. Acesso em: jun. 2015.

⁵ Até mesmo na atualidade, o termo ‘Imperador do Japão’ é aplicado para o chefe de Estado cerimonial japonês, entretanto, a própria constituição do país estabelece a forma de governo como uma monarquia constitucional (MCNEILL, 2005).



Fonte: Emishi 蝦夷. Disponível em:
 <http://emishi-ezo.net/emishi_kofun.html>. Acesso em jun. 2015.

A introdução do Budismo foi uma das principais mudanças vivenciadas pela sociedade japonesa no período Asuka (538 – 710). A influência do budismo foi mais forte sobretudo nas matérias relacionadas ao sistema de governo baseados no Confucionismo, com o Japão se inserindo no sistema tributário chinês durante esse período e adotando ativamente práticas, costumes e normas chinesas na estrutura burocrática. Os clérigos budistas ganharam um poder considerável na dinâmica política. O termo ‘Wa’ utilizado para nomear o Japão foi substituído pela Corte Yamato para *Nippon*, composto pelos ideogramas de ‘sol’ e ‘origem’, reforçando o desejo de buscar uma identidade política desvinculada dos termos de submissão utilizados pelo Império Chinês, com bases religiosas shintoístas para justificar o poder divino do governante (TOTMAN, 2005).

O declínio da forma de governo monárquica e da família imperial ocorreu durante o período Heian (794-1185). O poder imperial da família Yamato passou a ser abalado por disputas internas entre monges budistas influentes e principalmente o clã regente Fujiwara, o que culminou em uma série de rebeliões, guerras civis de grande magnitude e campanhas militares. Eventualmente, a Corte enfraquecida apontou um líder de um clã rival para uma série de posições altas no governo – sendo ele o primeiro a ser denominado *shogun*. Como resultado dessa série de conflitos e instabilidade, surgiram vários clãs altamente militarizados

que tomaram posse sobre determinados territórios, declarando-se *daimyo*⁶ de seus domínios. Essa transição do poder das mãos do Imperador para os líderes militares por ele apontados marca o início do Japão Medieval, que se estendeu de 1185 até 1600 (HANE, 1991).

Iniciando a perspectiva histórica, é importante destacar que até mesmo em relação a seus vizinhos, a trajetória do desenvolvimento político do Japão foi singular. No seu mais poderoso e imponente vizinho, a China, a política progrediu de algo semelhante ao feudalismo para um sistema centralizado sob o governo de um império. O Japão adotou no século VII um sistema de monarquia centralizada aos moldes do sistema chinês, no entanto, sua rota política adquiriu um aspecto praticamente oposto ao da China (HANE, 1991).

Em breves linhas, no período medieval a Corte manteve-se existente porém com funções apenas cerimoniais. O Japão se desenvolveu de uma forma particularmente militarizada, chegando inclusive a superar expressivamente a militarização europeia em determinados períodos, por exemplo⁷. Ademais, esse era um período de grande instabilidade política; com o fortalecimento dos diversos clãs militares, as funções da corte imperial foram cada vez mais se deslocando para segundo plano e os próprios clãs travavam disputas entre si, tanto na forma de intrigas políticas quanto batalhas de fato (BEASLEY, 1999). O parco equilíbrio existente foi ainda mais ameaçado diante da invasão do Japão pelos mongóis em duas ocasiões, em 1274 e 1281. Mesmo saindo de ambos eventos com a soberania intacta, eles contribuíram ainda mais para esvanecer o poder real e passá-lo para as mãos de comandantes regionais, cujos esforços se voltavam para a consolidação de seus domínios territoriais e seguidores e aliados (JANSEN, 2002).

Em suma, o horizonte político japonês nas primeiras décadas do século XVI ainda não contava com nada muito semelhante a um Estado moderno (JANSEN, 2002) e eram em matéria de organização política próximos do exemplo de feudalismo europeu. Criou-se uma intrincada e complexa divisão de governos distintos, com autoridades definidas e praticadas de forma ambígua. Como resultado, eram aplicados múltiplos padrões de controle, de administração de terras, de aplicação de impostos e inclusive de tecnologia de guerra com a

⁶ O termo *daimyo*, derivado dos caracteres 'dai' (大), que significa grande, e 'myōden' (名田) que representa terra privada, é utilizado para denominar o equivalente aos 'senhores feudais' presentes no Japão desde o século X ou ainda lordes de clãs poderosos (HARA, 2009).

⁷ Segundo Perrin (1979), a classe de guerreiros no Japão no século XVI era muito mais expressiva do que qualquer outro país da Europa no mesmo período. Aproximadamente de 7 % a 10% da população era composta de guerreiros, enquanto nos países europeus essa parcela dificilmente ultrapassava a marca de 1%.

introdução das armas de fogo⁸, levando à origem de hegemonias locais com exércitos cada vez maiores à sua disposição – o que levou muitos deles a se considerarem possíveis candidatos a uma ascendência ao poder nacional.

Em meio a esse contexto marcado por disputas, surgiram três homens que foram responsáveis por, após quase quatro décadas de guerras e conflitos ininterruptos, se sobrepor aos demais militares poderosos, tirar do poder o ineficiente *shogunato* vigente na época e dobrar a corte imperial – também chamados de os três unificadores: Oda Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu (OSAMU, 1982).

Nobunaga, um poderoso militar e daimyo do período, colocou em prática sua ambição de unificação na segunda metade do século XVI. Durante essas décadas, moveu-se de uma fronteira a outra, desequilibrando seus inimigos e aumentando de forma gradual os territórios sob sua influência. Era conhecido por seu temperamento considerado cruel e o destemor de enfrentar assuntos considerados tabus – ele considerava os clérigos budistas corruptos e potenciais rivais em relação a seu poder político, pondo assim em prática destruições de templo e execuções de monges. Na época de sua morte, em 1582, sua tarefa de unificação militar ainda não estava completa, mas ainda assim ele havia sido responsável pela conquista de cerca de um terço do território nacional.

Em seguida à sua morte, um de seus mais brilhantes estrategistas, Toyotomi Hideyoshi, assumiu a continuidade da missão de unificação, porém suas abordagens seguiram por um raciocínio divergente em relação ao seu antecessor. Hideyoshi adotou uma atitude de cooperação com os seus aliados, ao invés de intimidação, além de usar seus oponentes e poupá-los do extermínio. Depois de poucos anos, o projeto de controle sobre todo território do Japão estava completo e o país, unificado (JANSEN, 2002).

⁸ Em meados do século XVI, exploradores e piratas portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses iniciaram comércio com alguns países asiáticos. Os portugueses, especificamente em 1543, introduziram as armas de fogo no Japão, denominadas *tanegashima* (JANSEN, 2002). Sem embargo, as armas de fogo não eram muito avançadas na época – seu longo tempo necessário para a recarga tornavam seus usuários alvos fáceis para os arqueiros, além de serem vulneráveis à umidade, possuírem um alcance limitado e sua munição não era capaz de perfurar as armaduras dos samurais. Por outro lado, sua vantagem residia no fato de que seu uso podia ser feito por pessoas sem treinamento militar extensivo, como fazendeiros e plebeus de modo geral. Com o tempo, o aprimoramento tecnológico das armas de fogo somado ao desenvolvimento de estratégias de combate mais eficientes envolvendo-as permitiu um expressivo aumento no tamanho dos exércitos e, conseqüentemente, na magnitude das batalhas (PERRIN, 1976).

No entanto, ao fim de sua carreira, Hideyoshi se tornava gradualmente mais instável, paranoico e perigoso: sua megalomania cresceu a um ponto em que o mesmo se atribuía poderes sobrenaturais e origens divinas (YONEMOTO, 2008). Com o Japão unificado e sem nenhuma outra província autônomas restantes, ele voltou-se aos impérios da Coreia e da China. Em 1592 e 1597, à contragosto de vários aliados, realizou investidas militares contra a Coreia com milhares de soldados, mas que foi encerrada no momento em que Hideyoshi morreu em 1598. Fora esse, inclusive, o único distúrbio da ordem do sistema de tributos chinês durante centenas de anos (KANG, 2012), o que aumentou a insatisfação das classes populares e dos intelectuais, que acusavam Hideyoshi de atentar contra os princípios básicos da ordem Confucionista do universo (YONEMOTO, 2008).

Apesar de seus desejos expansionistas e derrocada no final de sua vida, os anos do comando de Hideyoshi marcam a transformação das instituições japonesas do medieval para o moderno, bem como o início da transição do Japão do período medieval para o período moderno, incluindo um renovado vigor econômico e explosão da atividade cultural (YONEMOTO, 2008). Além de cristalizar o sistema de daimyo, ele foi responsável por estruturar o sistema samurai⁹, conduzir censos para estabelecer o potencial de recolhimento de impostos de cada região, promover o desarmamento daqueles que não pertenciam à classe guerreira e emitir regulamentações para civis e militares específicas visando a pacificação do país.

O terceiro unificador foi um rival de Hideyoshi, Tokugawa Ieyasu, que foi capaz de abarcar os ganhos e avanços resultantes dos trabalhos de seus dois antecessores. Aproveitando o enfraquecimento do clã de Toyotomi Hideyoshi resultante das fracassadas tentativas de invasão da Coreia, somado ao fato de que a origem camponesa de Hideyoshi era um entrave à ocupação de seus descendentes ao posto de *shogun*, Ieyasu lançou-se na busca da hegemonia do poder. Ele estabeleceu um vasto e integrado domínio sob seu controle, ascendeu militarmente impulsionado por seu nome de família com valor tradicional e firmou uma série de alianças estratégicas através de casamentos de seus filhos, conquistando parceiros centrais.

⁹Anteriormente, os samurais tinham ampla e independente autoridade sobre seus domínios – para defender seu território podiam declarar guerra e formar alianças. Esses poderes foram eliminados no início dessa mudança, bem como a condução do desarmamento da população civil, além do fato de que os samurais passaram a ter a obrigação de se dedicar integralmente à atividade militar, não mais à administração ou cultivo de terras, ficando subordinados aos seus senhores e vivendo dentro dos domínios dos daimyo (MORRIS, 1997). Em compensação, passaram a ter poderes consultivos e uma maior influência política junto a seus respectivos daimyo.

Em seguida, levou à cabo os acontecimentos que culminaram na decisiva Batalha de Sekigahara, em 1600, a maior já conduzida em território japonês até então (DAVIS, 2001).

Vitorioso de Sekigahara, Ieyasu assumiu o posto de shogun três anos depois, estabelecendo a fundação política vigente pelos próximos dois séculos e meio, o shogunato mais longo da história nipônica. A liderança da Era Tokugawa, também chamada de Período Edo, foi denominada na época de ‘a Grande Paz’. Isso porque depois de uma interminável série de conflitos que se estenderam ao longo de séculos no Japão, não houve nenhum conflito militar significativo após a ascensão de Ieyasu (YONEMOTO, 2008), com exceção de rebeliões populares pontuais e esparsas ao longo do tempo (JANSEN, 2002).

Em suma, cada um dos unificadores agregou e deu continuidade ao trabalho de seus predecessores. Nobunaga rompeu parte da antiga ordem caótica e amplamente multipolar, iniciando um processo de maior centralização; Hideyoshi regularizou o sistema de ‘vassalagem’ dos daimyo em relação ao shogun, mas não havia se dissociado por completo da corte imperial. Ieyasu, por sua vez, concentrou-se nos passos que garantiriam a persistência de sua linha (RAVINA, 1995), além de adotar medidas mais inovadoras e modernas. E mesmo durante o longo período de instabilidades e disputas entre os daimyo, a noção do Japão como um todo permaneceu. Isto é, nenhum daimyo ou potencial daimyo buscou construir um estado autônomo, pelo contrário, e nenhum contestava a posição do Imperador – ainda que não exercesse poder de fato – como um ente da autoridade simbólica de origem divina do Japão (KANG, 2012).

1.3 O shogunato Tokugawa

Durante o shogunato Tokugawa, diversas mudanças foram conduzidas, legitimadas não com base em uma autoridade absoluta dentro de uma única ideologia estadista central; a legitimação do shogun passou a emanar de múltiplas ideologias: o Confucionismo, Shintoísmo, Budismo, o próprio sistema imperial e tradições do bushido (código do guerreiro). Por outro lado, isso também ligava o shogunato às próprias instituições políticas com as quais ele dividia sua legitimidade política, criando um contexto de interdependência ideológica (RAVINA, 1995).

Levando esse contexto em consideração, o período inicial do shogunato Tokugawa conforme a ótica política possui elementos de Estado – entendido, conforme colocado por Max Weber, como o monopólio governamental do uso da força de forma legitimada em dado

território (WHITE, 1988). Esse argumento é reforçado devido ao fato de que o *bakufu* Tokugawa dominava uma associação claramente territorial e contínua, proibindo os daimyo de utilizarem de força uns contra os outros e gozando do direito incontestado de aplicar força coercitiva em qualquer daimyo caso julgasse necessário. Se considerarmos o feudalismo como um sistema onde o uso da força é legitimamente dividido entre o regime central e uma pirâmide de vassalos e outras figuras políticas, com senhores feudais autorizados a utilizar a força com total autonomia dentro de seus domínios, fica claro que esse primeiro momento do Japão Tokugawa não era feudal (WHITE, 1988).

Desse modo, apesar do Japão ainda reter elementos considerados tipicamente feudais (como as relações de fidelidade entre daimyo – shogun), a lógica e organização políticas eram muito mais centralizadas, em especial no elemento do uso legítimo e monopolizado da força que caracteriza um Estado. A definição de Tilly que abarca o aumento da estatização, pode abarcar o shogunato de Iyeyasu Tokugawa. O Japão pode não ter se tornado um Estado centralizado no que diz respeito ao controle de recursos e burocracia, mais isso porque havia a falta de imperativos para fortalecer o poder central além do necessário para atingir as metas internas. Em outras palavras, o Japão não fazia parte de um sistema de estados competitivo e nem estava sujeito a ameaças militares externas (WHITE, 1988).

Com o passar do tempo, o controle central absoluto foi se relativizando. Na medida em que os conflitos diminuía, o mesmo ocorria com a necessidade do shogun de controlar de perto seus subordinados, os daimyo. Logo, a coerção passou para segundo plano, abrindo espaço à diplomacia e ao jogo de interesses entre eles. Com efeito, desenvolveu-se também uma expressiva estrutura institucional burocrática, contando com cerca de 17.000 homens (JANSEN, 2002).

Dessa forma, os daimyo foram crescentemente obtendo um maior grau de autonomia, em troca do cumprimento de tarefas específicas e respeito aos laços de lealdade¹⁰. O shogun mantinha um monopólio no que diz respeito à condução da política externa e também ao uso da força, já que continuava com a proibição aos domínios de se engajarem em conflitos entre si. No entanto, os domínios detinham o direito e a responsabilidade de regular e administrar seus próprios assuntos domésticos. Cada domínio variava em questão de tamanho e até estrutura social, dependendo da porcentagem de samurais presentes na

¹⁰Considerando que os shoguns ganharam sua hegemonia através de batalhas, as terras conquistadas foram confiscadas e redistribuídas entre os daimyos aliados. Sendo assim, eram consideradas como ‘empréstimos’, vinculando obediência dos daimyos ao shogun (RAVINA, 1995).

população, unidade monetária utilizada dentro de suas fronteiras, tinham seus próprios exércitos, códigos administrativos e legais, bem como sistemas de aquisição de impostos, configurando-se quase como estados independentes.

Além da autonomia conferida aos daimyo, o shogunato também promovia uma série de garantias. No caso de falta de alimento causada por pragas ou colheitas fracassadas, eram acionadas as reservas para conter esse problema e auxiliar o daimyo necessitado. Também promovia garantias contra rebeliões populares, destacando domínios vizinhos para auxiliar no efetivo militar e conter as ameaças (RAVINA, 1995).

Entretanto, como mencionado anteriormente, essa autonomia só era contemplada mediante o compromisso com os laços entre o shogun e reconhecimento da autoridade simbólica do imperador. O shogunato estabeleceu regras codificadas de conduta dos daimyo, por meio do qual os chefes dos domínios se comprometiam a negar admissão em seu território de indivíduos considerados criminosos ou traidores, eram proibidos de erguer muralhas ou fortificações (com o intuito de 'evitar a anarquia'), precisavam de permissão antes de celebrar casamentos de membros de seus clãs, deviam seguir os parâmetros pré-estabelecidos de seleção de homens para os postos administrativos, relatavam censos de tempos em tempos e promoviam a perseguição ao cristianismo (considerado uma influência estrangeira perigosa). O shogun também detinha a autoridade para destituir um daimyo de seu domínio e repassar para outro indivíduo, mas esse poder era raramente utilizado (JANSEN, 2002).

Diante disso, é possível observar que a relação entre o shogun e os daimyo no segundo momento do shogunato Tokugawa era uma via de mão dupla, uma relação muito mais simbiótica do que era no período inicial. Mark Ravina ressalta ainda que as autoridades vigentes partiam de e praticavam doutrinas complementares, não opostas, conferindo tanto à prática quanto ao discurso políticos uma flexibilidade notável. Todas as autoridades nesse contexto tinham o interesse em manter o país sob controle.

Logo, ao passo em que os maiores domínios exerciam suas atividades de forma semelhante a um estado, ainda tinham uma ligação de vassalagem com o shogunato, que por sua vez garantia os elementos já citados anteriormente aos daimyo, mas não voltava seus esforços políticos no sentido de estabelecer instituições centralizadas como de um sistema de impostos único ou tesouro nacional, por exemplo, devido à já citada falta de imperativos para tal (RAVINA, 1995).

Todavia, não podemos nos levar à errônea compreensão de que a situação política vigente era contraditória e confusa, ou ainda simplesmente um retorno feudalismo medieval japonês anterior à unificação que deu origem à Era Tokugawa. Tendo isso em mente, Mizubayashi Takeshi forja a definição de ‘Estado composto’ para explicar o Japão desse período (RAVINA, 1995). Esse conceito envolve a noção discutida que o shogun já não tinha a necessidade de exercer o poder como a autoridade máxima central, completamente unificado e burocrático – ele continha de fato ainda uma gama desses aspectos - mas que deve-se levar em conta o poder e a influência que foram conferidas aos domínios com o passar do tempo.

Quando analisados os daimyo e o shogunato em sua dinâmica conjunta, eles exerciam a maioria dos critérios segundo a definição Weberiana utilizada anteriormente e até os critérios de Charles Tilly: a organização das forças armadas, recolhimento de impostos, policiamento de suas fronteiras, controle no suprimento de alimentos e formação de aparatos técnicos e burocráticos. Não existia uma dicotomia entre o shogunato e os domínios e a própria legitimidade do sistema político, conforme mencionado, era composta de múltiplas fontes ideológicas para dar suporte a múltiplas formas de autoridade em exercício (RAVINA, 1995).

Julgando pelo que foi apresentado até agora, percebe-se que o caso japonês de início da modernidade na Era Tokugawa pode ser dividido em dois momentos distintos. Em suma, a dinâmica política do Japão na Era Tokugawa era inicialmente semelhante a um Estado mais centralizado e absoluto, enquanto em um segundo momento, devido à falta de imperativos para a centralização de todos os aparatos, adquiriu um aspecto mais próximo à noção de federação. Com efeito, faz-se de vital importância compreender o desenvolvimento histórico do Japão e também desse processo de consolidação da longa Era Tokugawa que precedeu a Revolução Meiji, para elucidar posteriormente um dos fatores fundamentais da política externa japonesa durante esse período: o ‘isolamento nipônico’, denominado *sakoku*, com cruciais desdobramentos e consequências que marcaram profundamente o Japão após 1854.

2 O ‘ISOLAMENTO’ E O FIM DA ERA TOKUGAWA

No primeiro capítulo, analisamos brevemente a história nipônica, dando enfoque ao período da Era Tokugawa, que marcou a transição do Japão estritamente feudal para o início da modernidade, com uma organização social e política semelhante em um primeiro momento ao padrão de Estados absolutistas e depois mais próximo de uma noção de federação ou ‘Estados Compostos’. Igualmente importante é compreender a noção de sistema tributário chinês, essencial para o contexto regional e para elucidar a posterior guinada ideológica na Revolução Meiji.

Neste capítulo, cabe uma análise específica de um elemento de suma importância durante os dois séculos de poder do shogunato Tokugawa: a política externa, denominada *sakoku*. Compreender e analisar as dinâmicas dessa política é de grande relevância para a análise posterior da Era Meiji justamente pelo contraste entre os dois períodos.

Seguindo a linha temporal, será exposto como se deu o abrupto fim da longa Era Tokugawa com a abertura forçada do Japão, dando enfim início à chamada Revolução Meiji.

2.1 Sakoku – A política externa da Era Tokugawa

Antes da Era Tokugawa iniciar-se de fato, mais especificamente durante o mercantilismo europeu do século XVI, a China vivenciou uma maior demanda interna por bens adquiridos por meio do comércio exterior, paralelamente ao aumento das explorações marítimas e desenvolvimento comercial de países da Europa. O aumento das atividades comerciais chinesas de importação e exportação de bens foi motor para o estabelecimento de uma série de postos comerciais no sudeste da Ásia cuja função era servir de base para as atividades econômicas entre a China e outros países, sendo eles tanto asiáticos quanto europeus (JANSEN, 2002).

As importações japonesas, voltadas para suprir as necessidades internas em vista das limitações naturais e geográficas do arquipélago, visavam quase completamente à obtenção de elementos produzidos na China. No entanto, a China não era a única fonte para a obtenção de produtos originários desse império – alguns países europeus estavam inseridos no contexto do

comércio dos bens necessitados pelo Japão. Cabe aqui ressaltar que, conforme mencionado anteriormente, o contato e comércio com países ocidentais já era ativo em meados do século XVI, culminando inclusive na introdução das armas de fogo no arquipélago japonês (PERRIN, 1988). O comércio exterior, dessa forma, não estava limitado à apenas China e Coréia, pois também incluía Portugal, Inglaterra e Holanda. Os portugueses, inseridos no caso de particular importância no contexto aqui analisado, com seus navios provindos dos portos de Macau, eram até então para o Japão os principais parceiros de comércio, suprindo a demanda por produtos chineses e servindo como intermediários desde 1543 (TASHIRO, 1982).

O panorama na Europa, por sua vez, estava conturbado nesse mesmo século – a Reforma Protestante e a Contrarreforma tiveram reflexos também na condução do comércio e exploração marítima de alguns países, ecoando inclusive na Ásia e é essencial para compreender os motivos que levaram o Japão a adotar a postura do *sakoku*.

Tais movimentos de caráter religioso geraram uma competição missionária, em outras palavras, uma rivalidade entre diferentes ordens religiosas como Franciscanos e Jesuítas que disputavam entre si a disseminação do cristianismo e conversão dos povos ‘pagãos’ e ‘não-europeus’¹¹. O catolicismo no Japão em especial vinha se desenvolvendo como uma poderosa força desde 1549, com a chegada do jesuíta co-fundador da Companhia de Jesus, Francisco Xavier. Ele iniciara uma campanha de evangelização que pretendia se expandir por todo território, angariando um número cada vez maior de seguidores entre o povo e até mesmo alguns *daimyo*, que viram na conversão uma oportunidade para lucro e melhores acordos com os portugueses. A maior concentração de cristãos estava na região sul da ilha de Kyushu (a ilha no extremo sul do arquipélago) e o comércio com Portugal nessa região cresceu intensamente, tornando uma de suas principais cidades, Nagasaki, um porto amplamente movimentado (JANSEN, 2002).

A influência católica em Nagasaki chegou em seu apogeu em 1580, quando o líder jesuíta Alexandro Valgnano, em parceria com um *daimyo* da região, passou o controle administrativo e militar para a Companhia de Jesus, tornando Nagasaki efetivamente uma

¹¹ Em muitos casos, as expedições missionárias dessa época visavam a ‘promoção da civilização’ para os povos considerados ‘bárbaros’ ou ‘primitivos’. Entretanto, o Japão era visto no século XVI pelos europeus como notavelmente urbanizado e densamente povoado, além de extremamente militarizado (PERRIN, 1982).

colônia jesuíta, permanecendo com esse status por sete anos¹². Na continuidade do projeto de unificação iniciado por Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi avançou em direção ao sul em 1587 alcançou a região de Kyushu, preocupando-se amplamente com a influência do cristianismo na política e sociedade locais (BERRY, 1989).

Essa preocupação de Hideyoshi, que apesar de incentivar o comércio exterior suspeitava de estrangeiros, parte de vários princípios. O primeiro e mais aparente é o claro obstáculo aos objetivos unificadores – o cristianismo era uma ideologia externa e a região estava, em sua visão, no controle efetivo de um colonizador ‘bárbaro’, deixando a região em uma posição de desigualdade e de potencial rival nessa busca por hegemonia. Logo, uma ameaça à paz e à estabilidade alcançadas à duras penas (BERRY, 1989).

Isso era ressaltado pelo fato de que já existiam antecedentes históricos no próprio Japão de disputas pelo poder entre o clero budista (sendo o budismo em suas origens uma importação estrangeira) e a família imperial no Período Nara, reforçando a ideia de entes religiosos como atores relevantes na balança de poder (ADOLPHSON, 2000) e da permeabilidade e internalização de elementos estrangeiros na cultura japonesa. Some-se a isso a indignação de Hideyoshi ao descobrir que havia na região um intenso tráfico de escravos japoneses vendidos pelo daimyo da região e comprados pelos portugueses – o resultado foi a proibição oficial do cristianismo decretada por Hideyoshi, ordenando a expulsão dos jesuítas estrangeiros e perseguindo aqueles que insistissem nesse estilo de vida exógeno (BERRY, 1989).

Com efeito, a estreita relação dos portugueses com o cristianismo e a crescente repulsa por parte do shogunato em relação a essa religião deteriorou fortemente as relações comerciais que existiam entre Japão e Portugal, além de contribuir para deteriorar de maneira geral a visão do Ocidente para os japoneses (TASHIRO, 1982). Com Tokugawa Ieyasu vitorioso da Batalha de Sekigahara e empenhado em consolidar o poder do novo shogunato diante de um Japão unificado, apresentava duas atitudes para lidar com os possíveis rivais: conduzir negociações para satisfazer em certa medida algumas demandas e evitar rebelião, ou dispor de suas terras e títulos, em última instância recorrendo ao extermínio.

¹² Oda Nobunaga, morto em 1582, havia unificado um terço do território japonês, mas esses territórios consistiam apenas na região central da ilha de Honshu (YONEMOTO, 2008). Domínios ao norte e sul (como no caso de Nagasaki), especialmente nas demais ilhas, mantinham ainda um altíssimo grau de autonomia característicos da descentralização de poder do Japão medieval (DEAL, 2007).

Os ingleses e os holandeses, cientes da tensão política gerada pelo catolicismo português no Japão e desejosos de ampliar sua posição de parceiros comerciais do arquipélago, não mediram esforços em reforçar os temores japoneses de missionários, afirmando que os objetivos reais por trás da ideologia religiosa eram de converter em escala nacional a população, levando a cisões internas e inevitavelmente uma guerra civil. Conflitos generalizados, após décadas de guerras constantes, faziam parte de um cenário altamente indesejado por todas as parcelas da população e os holandeses ofereciam, segundo eles próprios, uma atividade comercial desvinculada da religião, diferentemente dos portugueses e espanhóis (JANSEN, 2002).

Dessa forma, quando os remanescentes do clã Toyotomi foram derrotados, a partir de 1614 o novo *bakufu* reforçou seu controle e fortaleceu seu monopólio na política externa e doméstica com uma série de medidas, estreitando e fechando portos comerciais – somente Nagasaki e Hirado estavam autorizadas a servir como cidades portuárias; expulsando e executando missionários portugueses e espanhóis; perseguindo os cristãos e declarando em 1635 que viagens marítimas ao exterior tornaram-se proibidas aos japoneses, puníveis com a morte (TOBY, 1991). Uma ilha artificial chamada Dejima, criada inicialmente para alojar os mercadores portugueses, foi decretada como o único posto comercial para os holandeses¹³, agora os únicos ocidentais em contato com o Japão, e os chineses, cuja importância regional era inevitável. Os receios em relação aos estrangeiros e às suas intenções claramente não foram desprezados. Iniciava-se, assim, a política do *sakoku* – traduzido como ‘país fechado’ (JANSEN, 2002).

Mas o comércio com a Companhia das Índias Orientais e a expulsão de demais estrangeiros não era a única vertente da política do novo shogun. Já no início do domínio Tokugawa nos primeiros anos do século XVII, a meta de política externa do recém-instaurado *bakufu* era voltada também à promoção do comércio exterior, à negociação e ao restabelecimento de relações diplomáticas, estas últimas severamente prejudicadas devido às tentativas de invasão de Hideyoshi na Coreia e a consequente percepção chinesa negativa do Japão ante esse malfadado ato agressor (TASHIRO, 1982). Com efeito, o desejo expansionista de Hideyoshi trouxe também um saldo extremamente negativo para o próprio

¹³ Os holandeses, membros da Companhia das Índias Orientais, concordaram com os termos do shogun, enquanto os ingleses que realizavam comércio com o Japão foram desencorajados pelas restrições e se concentraram na Índia. Porém, ao contrário do que os holandeses imaginaram, não tinham acesso irrestrito ao mercado nipônico, pois o bakufu além de isolá-los territorialmente regulava quais grupos de mercadores podiam ter autorização de fazer transações com os estrangeiros (TOBY, 1991).

âmbito doméstico do Japão, uma vez que os custos dessa guerra foram muito altos e cerca de um terço dos soldados enviados pereceram no combate, gerando grande insatisfação nas diferentes camadas sociais. Em 1605, Tokugawa Ieyasu declarou oficialmente paz e após dois anos já se realizavam missões do corpo diplomático coreano ao Japão¹⁴, posteriormente dando continuidade às relações comerciais que estiveram interrompidas (JANSEN, 2002).

Apesar do início dessa reaproximação ter sido notavelmente marcado por medo e desconfiança por parte da Coreia, essa postura foi gradualmente mudando e dando espaço a um sentimento mais amistoso e cordial entre ambas as partes. O intercâmbio comercial e cultural se intensificou e as relações com a Coreia, de modo geral, permaneceram parte importante da linha de política do Período Edo (JANSEN, 2002).

A preocupação de Ieyasu para consertar as anteriormente precárias condições das relações diplomáticas incluía também o poderoso vizinho e inspiração, o Império Chinês. As importações de bens chineses, sobretudo têxteis, eram de suma importância para o Japão, que buscava uma forma de superar as restrições de comércio impostas pela Dinastia Ming. As autoridades chinesas se encontravam menos inclinadas às negociações e um consenso entre os dois países parecia cada vez mais dificultado. Como resultado, os holandeses se ofereceram para comerciar produtos chineses, atividade anteriormente preenchida em boa parte pelos portugueses (TOBY, 1991).

Posteriormente, em meados do século XVII, as relações comerciais entre a China e Japão foram gradualmente de normalizando, inclusive tendo reflexos no aumento do intercâmbio cultural e tecnológico entre esses países. No século XVIII, a atividade comercial declinou acentuadamente. Isso ocorreu em parte porque o *shogun* temia o esgotamento das minas de prata e cobre, estes produtos compondo boa parte da atividade exportadora nipônica, e por outro lado, o Japão desenvolveu nesse período consideráveis avanços em técnicas de agricultura e produção de bens outrora importados, além da diversificação da produção interna, sendo praticamente autossuficiente em matéria de atendimento às demandas de consumo internas (JANSEN, 2002).

Mesmo diante dessa realidade, o Japão continuou relações com os holandeses principalmente pelo fato de que eles eram a fonte de contato e informações sobre o mundo

¹⁴ As visitas diplomáticas coreanas eram, na grande maioria das vezes, realizadas diante da ascensão de um novo shogun na linha Tokugawa e eram vistas pelo *bakufu* como um elemento que reforçava a importância do Japão como um poder regional relevante, não simplesmente uma terra periférica orbitando e permanecendo à mercê das dinâmicas da China (CALDER, 1988).

exterior. Em 1720, as imposições e censura acerca da entrada de livros estrangeiros foram relaxadas, incentivando assim o desenvolvimento de um popular campo de estudos ocidentais, *Rangaku*, incluindo ciências médicas, física, química, ótica, mecânica, geografia e biologia (TASHIRO, 1982). Escolas dedicadas a esses estudos se proliferaram na primeira metade do século XIX, assim como intercâmbios intelectuais e culturais entre holandeses e japoneses.

Em suma, o *sakoku* não deve ser entendido como um isolamento do mundo, como era difundido no meio acadêmico sobre o Japão há algumas décadas, pois é uma postura inclusive etnocêntrica presumir que a noção de ‘mundo’ se equivale a ‘Ocidente’ – uma vez que essa reclusão estava muito mais voltada para expulsar a influência dos estrangeiros e garantir a estabilidade do Japão, proibindo a entrada de elementos externos considerados potencialmente perigosos. Aliás, essa reclusão serviu a um outro propósito iniciado por Hideyoshi e continuado por Tokugawa: de reforçar os laços com países asiáticos e relativizar a dependência comercial japonesa em relação à China (TASHIRO, 1982). O contato com outros países asiáticos ainda era uma constante na política externa do *bakufu* e o contato cultural e material ocidental por meio dos holandeses foi incontestável nos séculos XVIII e primeira metade do XIX, apesar de todas as restrições existentes (JANSEN, 2002).

2.2 Bakumatsu – O fim do bakufu

Apesar do declínio interno do shogunato Tokugawa apresentar sinais visíveis no início do século XIX, com alguns domínios desafiando a ordem vigente com uma frequência cada vez maior (DEAL, 2007), as tentativas de contato estrangeiras cada vez mais insistentes foram o fator motriz principal para a eventual queda do regime de *sakoku* e do próprio regime do *bakufu* (TAKANO, 2003).

A Rússia, em 1792, foi a primeira nação a iniciar as tentativas de estabelecer laços comerciais com o Japão. Entretanto, o *bakufu* não estava disposto a abrir mão de sua política restritiva em relação aos estrangeiros, cuja à própria existência era atribuída parcialmente a paz vivenciada por quase dois séculos. Na verdade, o contato russo deixou o Japão ainda mais disposto a reforçar suas defesas para prevenir o contato externo, pois surgiram temores de uma possível invasão pelo norte. Uma segunda tentativa foi feita em 1802 e, novamente diante de uma recusa, houve um ataque militar em ilhas ao norte de Hokkaido com o intuito de pressionar a abertura (TAKANO, 2003). Dada a falta de imperativos internos e externos para o fortalecimento militar na Era Tokugawa, ficou evidente a superioridade militar da

Rússia e tornava-se também mais claro que a política do *sakoku* estava se inviabilizando (WHITE, 1988).

Com o passar dos anos, essa inviabilidade ficava crescentemente aparente. Os contatos indesejados aumentavam, em frequência jamais vista antes, durante as décadas de 1810 e 1820¹⁵. Os estudos de *Rangaku* foram mais que nunca voltados a compreender o Ocidente para poder se defender dele. Como resposta radical às pressões externas, numa tentativa de permanecer com a postura *sakoku*, um decreto shogunal em 1825 declarava a política de expulsar estrangeiros a qualquer custo, exigindo que todos daimyo utilizassem da força se necessário para evitar as intrusões (TAKANO, 2003).

2.3 A queda do ‘Outro’ japonês

A esse conturbado contexto, soma-se a derrota chinesa na Primeira Guerra do Ópio (1839 – 1842), que implicou o pior na visão japonesa e fortaleceu os temores em relação ao poderio ocidental e a possibilidade de invasões colonizadoras. A China, conforme mencionado, desde as eras da antiguidade no Japão, era considerada o seu grande ‘Outro’ – em outras palavras, a principal potência hegemônica e elemento essencial no processo constitutivo de sua identidade cultural (ASKEW, 2004).

Conforme destacado por Wendt acerca de aprendizagem social, a identidade de um ator e seus interesses correspondentes possuem relação direta à forma como ele é tratado por seu Outro e suas percepções acerca do contexto em que se insere. A própria nomenclatura utilizada para representar a China, tanto nos ideogramas chineses quanto no Japão, tinha um significado que se refletia no campo das ideias e das práticas dos atores inseridos nesse sistema: Chūgoku (中国)¹⁶, com os ideogramas de centro e reino/país. Como abordado, o Japão se identificava como integrante em um sistema sino-cêntrico, admirava e aplicava certas filosofias e instituições chinesas e construía sua identidade em conformidade com essa realidade percebida, assim como os demais integrantes nesse sistema (Reinos da Coreia, Vietnã, dentre outros) (ASKEW, 2004).

¹⁵ Esses contatos e intrusões incluíram a ancoragem de navios de guerra britânicos, barcos baleeiros de diversas nacionalidades, embarcações mercantes estadunidenses, dentre outros. Por vezes o contato era acidental, por outras com propósitos de estabelecer relacionamentos de comércio (JANSEN, 2002).

¹⁶ Consulta da lexicografia do termo realizada em: < <http://jisho.org/word/中国>>. Acesso em: mar. 2015.

Tendo isso em mente, não é difícil imaginar o choque e a magnitude do impacto na percepção japonesa diante da vitória britânica na Guerra do Ópio (1839-1842). O maior Outro, entendido na visão nipônica como o povo mais civilizado e poderoso de todos, modelo a ser seguido em diversos âmbitos, havia sucumbido ante os ‘bárbaros ocidentais’. Apesar de análises históricas contemporâneas não atribuírem à derrota chinesa a uma superioridade militar e tecnológica britânica¹⁷, os japoneses acreditaram que essa era a mais clara evidência de uma realidade inversa à anteriormente vista como verdade – o Oriente, assim, passou a ser visto como atrasado em relação ao Ocidente (ASKEW, 2004).

Ainda conforme Wendt, os atores agem de acordo com as crenças que possuem em relação ao ambiente em que se inserem e quanto aos demais atores que o cercam (WENDT, 2014). Diante da sucessão de acontecimentos de grande impacto não somente no Japão como também na Ásia de modo mais geral, o progresso foi entendido pelo arquipélago como uma matéria de sobrevivência no início da Era Meiji (WILSON, 1983). O Japão estava ciente que sua percepção por parte do Ocidente era a mesma do restante da Ásia – de povos não civilizados e inferiores – e voltou seus esforços também no sentido de se dissociar dessa imagem negativa e, por consequência, da Ásia de modo geral. O Ocidente passara a ocupar a posição de Outro do Japão, não mais a China (ASKEW, 2004). As consequências para a identidade japonesa serão discutidas em mais detalhes no capítulo posterior.

2.4 Comodoro Perry e a abertura forçada do Japão

Nesse contexto, um debate nacional começou a se intensificar no Japão a respeito de quais formas seriam mais adequadas para restaurar a estabilidade e repelir os avanços estrangeiros. A corrente ‘ocidentalista’ acreditava que o imperativo deveria se voltar à aplicação de modelos e técnicas do Ocidente para atingir os objetivos de repeli-los; outros, denominados tradicionalistas, viam no reforço da tradição japonesa e na maior rigidez nos esforços de evitar todo e qualquer tipo de contato ocidental as soluções para a crise (WILSON, 1983).

Tal visão tradicionalista era apoiada pelo *bakufu*, desejoso de manter a soberania e tentar maximizar sua autoridade diante de um cenário que efetivamente minava o controle do shogun sobre seu território. Como resposta tanto aos acontecimentos quanto à corrente de

¹⁷ A China possuía um nível semelhante em matéria de tecnologia militar em relação a potências ocidentais. Na verdade, foi uma complexidade de fatores que contribuíram para essa derrota, como o regime político interno desestabilizado, falta de unidade nacional, dentre outros (TAKANO, 2003).

pensamento oposta que ganhava ainda mais força, banuiu definitivamente os estudos de *Rangaku*, eliminando aqueles que o dessem continuidade, além de exigir que os daimyo repelissem militarmente qualquer tentativa de contato externo (WILSON, 1983).

Sem embargo, essas medidas não foram suficientes para alterar o comportamento das potências estrangeiras. Nesse contexto, nenhuma nação foi tão longe quanto os Estados Unidos nas tentativas de forçar a abertura do Japão (TAKANO, 2003). O Comodoro Matthew C. Perry fora escalado para lidar com a tentativa americana de expandir seus mercados no Pacífico. Sua abordagem fora explicitamente intimidadora desde o princípio, fazendo o primeiro contato em 1853 com um esquadrão de quatro navios de guerra avançados, anunciando suas intenções de atacar caso o Japão se recusasse a recebê-los para negociações. Para demonstrar o potencial destruidor de seus armamentos, bombardeou vários prédios ao longo da costa nipônica, confirmando que sua postura não tinha nenhuma reserva em fazer o uso de força indiscriminada para atingir seus objetivos. Perry deu o prazo de um ano antes de retornar para um posicionamento mais definitivo diante de suas propostas comerciais (JANSEN, 2002).

Findado o prazo e retornado Perry, o Japão não viu escolha senão atender às demandas estadunidenses, concordando em abrir os portos e assinar uma série de tratados desiguais favorecendo os EUA. A assinatura do primeiro tratado trouxe duas consequências econômicas e políticas imediatas. Uma delas, referente à economia, foi o impedimento do Japão em estabelecer tarifas para os produtos dos EUA importados em seu próprio território nacional; outra, de escopo político, eximia os cidadãos norte-americanos de julgamento da corte local caso cometessem algum crime, conferindo-lhes um privilégio de extraterritorialidade (YAMAMURA, 1996).

Não foram apenas os Estados Unidos que utilizaram intensamente da força como ferramenta para forçar o Japão a aderir às suas demandas. A mesma tática foi amplamente empregada por outras potências ocidentais, com frequência ainda maior após o sucesso estadunidense em estabelecer tratados e privilégios comerciais com o Japão (TAKANO, 2003). Após um grupo de samurais assassinar um comerciante inglês por não demonstrar o devido respeito ao daimyo local, a Grã-Bretanha retaliou bombardeando a cidade portuária de Kagoshima, mesmo após o pagamento de uma enorme quantia indenizatória por parte do

*bakufu*¹⁸. Não obstante, em 1864, uma esquadra de navios de várias potências ocidentais bombardearam a província de Chushu como retaliação após tentativas locais de repelir forasteiros. Logo, o país via-se forçado a assinar mais tratados desiguais com a Grã-Bretanha, França, Rússia e Países Baixos (WILSON, 1983).

Tal situação não foi um golpe duro apenas para o desacreditado *bakufu*: a população também sofria duramente com os reflexos dos tratados e da inserção desigual do Japão no mercado internacional. Revoltas urbanas e rurais tornaram-se frequentes durante a década de 1860, motivadas principalmente pela alta inflação dos preços de produtos¹⁹, além de casos de frenesis e histerias em massa denominados “*ee ja nai ka*” se espalhavam ao longo de todo arquipélago, por meio dos quais a população expressava uma rejeição das formas, valores e normas da ética cotidiana (WILSON, 1983).

Essa violenta entrada do Japão no mercado capitalista global contrasta até mesmo no nível conceitual e ideológico com elementos já há muito consolidados na cultura japonesa. A própria visão econômica presente no período do shogunato antes da abertura japonesa era simples e antagonista, baseada nos princípios Confucionistas que consideravam, por exemplo, os mercantes como um mal necessário do sistema econômico (YONEMOTO, 2010), visão esta que difere acentuadamente da política liberal corrente no sistema de mercado internacional. Em suma, o Japão no período do *bakumatsu* estava marcado pela incerteza e confusão, impulsionadas pela velocidade e imprevisibilidade dos acontecimentos. Uma multiplicidade de percepções sobre como lidar com essa conturbada realidade era presente, mas o consenso geral era a busca pela unidade do Japão e a restauração da estabilidade, frente às ameaças externas (WILSON, 1983).

Não obstante, na medida em que a identidade japonesa baseada na política externa do *sakoku* definia as expectativas sociais do país e sua interação com os demais, o poderio ocidental teve o papel de descredibilizar tais expectativas. Essa indesejada invasão e intervenção do Ocidente e suas capacidades superiores minou os argumentos de que exclusão

¹⁸ Entre as demandas britânicas após o incidente estavam o requerimento de desculpas formais por parte do *bakufu* e do daimyo local, além do pagamento de indenizações nos valores de £100.000 e £25.000, respectivamente. O *bakufu*, temeroso de possíveis problemas militares com os europeus, atendeu às demandas, mesmo considerando que o valor exigido correspondia à cerca de um terço de sua receita anual. Contudo, diante da recusa do daimyo em fazer o mesmo, o governo britânico decidiu concretizar as ameaças de retaliação militar no domínio (TOTMAN, 1980).

¹⁹ Durante o período de 1865 – 1867, em particular, os preços de arroz quadruplicaram, derivados da soja como *shoyo* e *miso* subiram de 150 % a 300%, para citar apenas alguns exemplos (WILSON, 1983).

significaria segurança, levando a uma fundamental mudança na consciência japonesa acerca tanto de seu papel no mundo quanto em sua identidade (LEGRO, 2009, pp. 53-54).

Cabe aqui ressaltar que, apesar dos intensos temores japoneses diante de uma possível colonização ocidental, esse não era o objetivo central na mente dos forasteiros (JANSEN, 2002). Em primeiro lugar, os enviados ocidentais consideravam o Japão apenas uma pequena peça em um contexto maior de balança de poder. Eles buscavam garantir seus interesses, ou seja, ampliar suas conexões comerciais e mercados, mas sem perturbar o *status quo* doméstico – para muitos, isso significava reforçar a hegemonia do *bakufu* para garantir estabilidade e mercados seguros para os ocidentais. Eles tinham ciência de que o Japão não tinha condições materiais e militares para enfrentar em pé de igualdade as potências europeias e os EUA, e para inserir o Japão em seus contextos não mediram esforços em aplicar demonstrações agressivas da superioridade de suas forças, conforme discorrido anteriormente (WILSON, 1983). Seus entendimentos, notadamente etnocêntricos, taxavam o Japão como ‘não-civilizado’ (ASKEW, 2004).

2.5 O darwinismo social

De fato, o próprio comportamento das potências ocidentais nessa época justificava suas políticas da corrida imperialista com base em uma teoria social em voga: o darwinismo social. A teoria da ciência da biologia formulada e amplamente popularizada por Darwin²⁰ tinha como princípios fundamentais a evolução e reprodução do mais apto, através de uma disputa pela sobrevivência e como consequência a eliminação do mais fraco, mas não tardou para ser aplicada em outros campos do saber. Segundo a abordagem crítica do conceito elaborada por Edward Carr, o darwinismo social ganhara força no seguinte contexto:

[...] Sob as forças do crescimento da última metade do século dezenove, percebeu-se que a competição na esfera econômica implicava exatamente o que Darwin proclamou como lei biológica da natureza – a sobrevivência do mais forte às expensas do mais fraco. O pequeno produtor ou comerciante foi, gradualmente, sendo expulso do negócio por seus competidores de larga escala e esta circunstância era o que o progresso e o bem-estar da comunidade, como um todo, exigiam. (CARR, 2001, p. 65).

²⁰ Darwin de forma alguma encorajou a transposição de suas ideias para o campo das ciências sociais, entretanto, seu uso de analogias e metáforas baseadas em conceitos de Spencer e Malthus abriu espaço à interpretação de seus pressupostos evolutivos por teóricos sociais. Esses teóricos, por sua vez, buscavam suporte nas ciências exatas para apoiar suas visões e conclusões (ROGERS, 1972).

Tal pensamento encontrou um grau de popularidade ao ser transposto para a política internacional, reforçando visões extremamente etnocêntricas de raças inferiores e a competição com consequências destrutivas como sacrifícios necessários para um ‘bem maior da comunidade’, estando implícito no imperialismo do final do século XIX (CARR, 2001, p.66-67).

Dessa forma, ainda que não se possa afirmar com completa certeza que as intenções das potências ocidentais fossem propriamente de colonizar o Japão, ficavam evidentes as suas atitudes agressivas e invasivas, além do destino de exploração dos outros países asiáticos sob suas influências. Seus comportamentos indicavam uma postura hostil e dominadora. Como as ideias compartilhadas geram normas, instituições e sistemas de ameaças (WENDT, 2014), esse contexto motivou o Japão a agir de forma que reproduzisse o seu entendimento da realidade. E isso se materializou com a motivação central de modernização aos moldes ocidentais, como forma de sobrevivência, motriz principal do período chamado de Reforma (ou Restauração) Meiji.

2.6 A Restauração Meiji

Eventualmente, com a opinião pública tanto por parte das elites quanto da massa insatisfeitas ante as reações do *bakufu*, além do fato de que domínios do sul estavam se modernizando independentemente e apoiando o retorno do poder para o Imperador, a turbulência política culminou na resignação do *shogun* em 1867 e na Guerra de Boshin, em 1868, que permitiu ao Imperador retirar o poder dos aliados do antigo *bakufu* que recebiam suas possíveis perdas com uma mudança de regime. Em janeiro desse ano, estava então formalizada o início da Era Meiji e da Restauração Meiji (TOTMAN, 1980).

Com o crepúsculo do *bakufu* e a ascensão de um sistema de Estado amplamente centralizado em torno da figura do Imperador, houve uma imensa mudança estrutural para reorganizar o país e, conforme o entendimento dos líderes da época, maximizar as chances de sucesso dos projetos tanto de modernização quanto de cortar a possibilidade de cair vítima do colonialismo²¹. Dentre as medidas adotadas estavam o confisco das terras dos daimyo e sua divisão não mais em domínios mas prefeituras, instituição do serviço militar obrigatório, abolição da classe dos samurai e suspensão de seus privilégios, dentre outros. Os sistemas

²¹ Com efeito, o Japão foi o único país asiático a não ser colonizado ou semi-colonizado na corrida imperialista do final do século XIX e início do XX (JANSEN, 2002).

legais e institucionais, incluindo a constituição, foram estabelecidos em moldes visivelmente baseados em nações do Ocidente (MCLAREN, 2014).

A industrialização, nesse período, foi o enfoque principal do governo, demandando investimentos massivos em infraestrutura. A tecnologia ocidental era amplamente importada e aplicada em zonas industriais crescentes em um ritmo intenso, aumentando em ritmo similar a extensão das redes de comunicação e transporte pelo país. A modernização militar era outra meta vista como essencial pelo governo, incluindo o desenvolvimento de armamentos mais avançados e estabelecendo instituições militares formalizadas e ditadas por um laço de fidelidade diretamente com o Imperador (MCLAREN, 2014).

Os novos responsáveis pela condução da política no Japão Meiji eram motivados por uma grande insatisfação com a inabilidade do antigo regime e queriam tomar ações com resultados imediatos, adotando uma postura radical (HANE, 1991). Essa postura era baseada quase integralmente em princípios europeus do positivismo e utilitarismo, que foram aplicados no intuito de substituir a doutrina Confucionista que permeava a região do Extremo Oriente por milênios (KANG, 2010), que passara a ser considerada muito atrelada ao passado e inadequada aos novos objetivos por interligar as noções de ética e governo; além disso, a eficiência era entendida como um alcance possível apenas se houvesse ruptura com as antigas normas (WILSON, 1983). Essa linha de pensamento era majoritariamente presente na primeira metade da Era Meiji, mas foi sendo gradualmente substituída por uma outra linha com viés muito mais tradicionalista e representou o início da emergência do sentimento de nacionalismo no Japão, como será discutido no próximo capítulo.

Um ponto levantado por Wendt e de grande relevância é a questão da evolução de identidades e interesses, por meio da seleção natural e seleção cultural, enfatizando-se aqui a segunda. Tal seleção pode se exercer por imitação – noção essa reforçada no conceito de socialização proposto por Kenneth Waltz (1979) - na qual os agentes adotam entendimentos, comportamentos e características daqueles que compreendem como bem-sucedidos, sendo possível ser realizada de forma rápida, tal como fora a veloz modernização e consolidação institucional no Japão em moldes ocidentais na Era Meiji.

Ainda nesse sentido, Wendt ressalta que tais agentes, ao verem o destino de agentes altruístas nas mãos de egoístas, em um contexto anárquico, Estados que não estejam em perigo podem decidir que a única alternativa para a sobrevivência é adotar padrões de

comportamento e identidades agressivos (WENDT, 2014) – e essa noção é essencial para ajudar a elucidar o processo de gênese do imperialismo japonês na segunda metade da Era Meiji, que será explorada em mais detalhes no capítulo seguinte.

3 A ERA MEIJI E O IMPERIALISMO JAPONÊS

O termo “imperialismo”, neologismo relativamente recente, é carregado de controvérsia acerca de seu real significado. Diferentes autores chegaram a diversas conclusões tanto em relação às suas causas quanto elementos constitutivos. Entretanto, é essencial estabelecer alguns parâmetros para guiar a análise pretendida e diferenciar termos chave. No presente trabalho, será aplicada a abordagem levantada por autores como Barbara Bush (2006), que conceitua ‘imperialismo’ como um termo subjetivo e ideologicamente carregado, que denota relações de poder e dominação cultural, social e política, exercidas pelo império em relação aos seus dominados periféricos (BUSH, 2006, p.27).

Ainda assim, existem diversas outras concepções de grande relevância dentro do arcabouço teórico de análises desse conceito. Sendo assim, serão traçados paralelos entre algumas dessas concepções e a realidade japonesa do período.

3.1 Concepções de Imperialismo e o Contexto Meiji

Tendo em mente o conturbado contexto do final do século XIX, marcado pela crença no Darwinismo Social e pela disputa neocolonialista de potências ocidentais imperialistas, como explicar as razões que levaram o Japão a ser o único país oriental a adotar essas práticas? Para elucidar essa questão, cabe analisar algumas diferentes perspectivas teóricas relacionadas à temática.

Utilizando a perspectiva do realismo, podemos traçar também paralelos em alguns elementos envolvidos nessa dinâmica. Kenneth Waltz, conhecido autor no âmbito da teoria do realismo estrutural, aborda as características em nível sistêmico. Segundo ele, a estrutura não se limita apenas às unidades que a compõe, pois ela deve ser definida como o arranjo das partes – sua distribuição de capacidades - e seu princípio ordenador (WALTZ, 1979). Nesse sentido, a própria configuração da estrutura define também o comportamento e os constrangimentos aos Estados.

Dessa forma, ele afirma que “unbalanced power, whoever wields it, is a potential danger to others” (WALTZ, 2000, p.28) , “dominant powers take on too many tasks beyond their own borders, thus weakening themselves in the long run” (WALTZ, 2000, p.28) e completa “even if a dominant power behaves with moderation, restraint, and forbearance, weaker states will worry about its future behavior” (WALTZ, 2000, p.28). Todavia, como já discutido no capítulo 1, o sistema regional sino-cêntrico ao longo dos séculos no Extremo Oriente contava

com características particulares que vão de encontro com esses pressupostos. Isso porque apesar da primazia chinesa, os demais Estados integrantes do sistema jamais engajaram em tentativas de alianças para corrigir o desequilíbrio de poder e tampouco consideravam como ameaça para sua segurança essa hierarquia e liderança. Com efeito, a não-aplicação dos pressupostos de Waltz nesse caso são um indicativo da carência da contemplação de outros elementos de análise e variáveis em seu modelo. Afinal, se desconsiderarmos a grande quebra inclusive dos princípios ordenadores do sistema e seus efeitos no comportamento e identidade dos Estados que o integravam, a explicação pode resultar em algo excessivamente simplificado e em certa medida até equivocado.

Além disso, como já mencionado no capítulo anterior, Waltz levanta a importante ideia de que a competição por segurança entre os Estados motiva os agentes a imitar as práticas dos Estados mais bem-sucedidos, no processo denominado socialização (WALTZ, 1979). Complementarmente, Mearsheimer afirma que os Estados emulam não apenas práticas que visam à manutenção do equilíbrio do sistema e do status quo, como também práticas agressivas que obtiveram sucesso (MEARSHEIMER, 2001). Observando o Japão, a emulação de práticas imperialistas e expansionistas era uma questão tanto de segurança quanto uma prática vigente entre os Estados mais bem-sucedidos. Todavia, tais perspectivas explicam apenas em parte o caso analisado. Isso devido ao fato de que esses modelos podem auxiliar como ferramentas de análise desse caso, mas se aplicados puramente podem ser superficiais, pois assim como na questão do paralelo com o sistema sino-cêntrico, desconsideram elementos identitários, comportamentais, característicos e históricos essenciais para compreender a razão desse curso de ação escolhido pelo Estado. Evidentemente, em sua opção por abstrair dos citados elementos e também seu enfoque sistêmico desconsiderando fatores das unidades pode não ser suficiente para compreender a guinada japonesa de antagonismo ao Ocidente a partir do começo do século XX.

No próprio contexto da corrida neocolonialista da virada do século XIX e início do XX, alguns autores se destacaram por teorizar e discorrer sobre o processo em andamento. Dentre esses autores, cujas teorias são produto da própria época em que se inseriam, vamos analisar uma outra alternativa dentre as possíveis abordagens – de Vladimir Lenin. Segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto no qual prevalece a formação de cartéis e de monopólios. Esse monopólio de determinados setores causa distúrbios severos dentro da própria dinâmica interna do capitalismo e sua produção, aumentando também ainda mais a disparidade entre a produção industrial e agrícola. A concentração de bancos é outra evidência

dessa etapa de desenvolvimento do capitalismo; tal situação restringe a quantidade de bancos disponíveis no mercado, aumentando a dependência em relação a esse reduzido número. Dessa forma, o capital financeiro encontra-se extremamente concentrado e reflete em um acentuado aumento nos lucros, configurando então uma denominada oligarquia financeira (LENIN, 1916).

Outra característica essencial dessa etapa do capitalismo descrita por Lenin é a passagem da exportação de mercadorias para a exportação de capital para os países considerados atrasados. Essa necessidade de exportação de capital, segundo o autor, é decorrente de um ‘amadurecimento excessivo’ em determinadas nações, minando o potencial lucrativo do capital dentro de suas fronteiras (LENIN, 1916).

Todos esses elementos contidos na trajetória capitalista levaram a uma etapa de expansão das esferas de influência, criando uma espécie de monopólios internacionais em que as principais potências, dado o contexto de alta concentração de capital financeiro, praticam uma partilha do mundo para a obtenção de lucros, ou seja, a adoção de uma postura imperialista que implica necessariamente uma atitude expansionista por parte das potências (LENIN, 1916). No contexto analisado por Lenin, que abrange o final do século XIX e começo do XX, se insere justamente o Japão Meiji – assim como o chamado neocolonialismo praticado na época por um número de países.

É necessário ressaltar que Lenin enfatiza a diferença entre as políticas coloniais anteriores das fases anteriores do capitalismo em relação à fase do capital financeiro, esta última o foco de sua análise. Segundo o autor:

[...] A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 1916, p. 34).

No trecho acima reside um ponto de suma importância no argumento central de Lenin. A busca por colônias torna-se meta para suprir a demanda por matérias-primas, assim como se configura a exportação de capital excedente para obter lucro. Em síntese, o imperialismo é produto direto do capitalismo monopolista, caracterizado pelos cartéis, oligarquias financeiras, exportação de capitais e divisão do mundo em esferas de influência pelas grandes potências capitalistas monopolistas (LENIN, 1916).

À primeira vista, a situação observada no Japão Meiji aparenta ser um exemplo característico da análise proposta por Lenin; o próprio autor menciona o Japão como uma potência jovem capitalista, entre o hall de potências imperialistas, com alguns paralelos em relação aos Estados Unidos. A formação de grandes conglomerados industriais concentrados, denominados *zaibatsu*²², foram considerados oligarquias industriais (JANSEN, 2002). Some-se a isto o fato de que cada *zaibatsu* possuía também bancos e todo esse contexto parece condizer perfeitamente com as condições que levam ao estágio de amadurecimento excessivo do capitalismo que caracteriza a passagem para a fase imperialista do capitalismo.

Entretanto, uma observação aprofundada da realidade japonesa da época e das estatísticas comerciais do país contesta esse entendimento. A intenção pretendida não é de negar o expressivo crescimento econômico do Japão no período ou seus avanços na modernização, mas elucidar alguns pontos que são frequentemente superdimensionados ou não se adequam para o período específico analisado. Vejamos primeiramente o caso das *zaibatsu* e do contexto econômico do Japão nas primeiras décadas da Restauração.

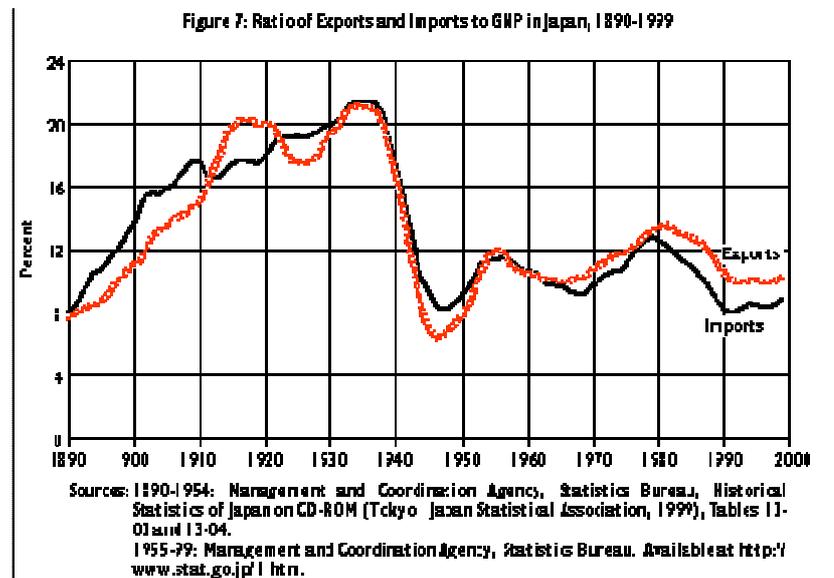
A consolidação do poder e a formalização institucional do Estado do Imperador Meiji foram marcadas por complexidades e complicações das mais diversas fontes. A modernização demandava gastos extensivos em indústria e infraestrutura. Com efeito, gastos para a própria reorganização social eram essenciais; devido à abolição da classe samurai e redistribuição de terras, o governo arcou com a pesada tarefa de prover renda para a parcela daqueles que não foram relocados em postos administrativos. Tais gastos, a princípio, equivaliam a cerca de um terço da receita governamental e medidas tomadas para reduzir os estímulos eram recebidas com revoltas e rebeliões (PYLE, 1996).

Empréstimos estrangeiros eram vistos com cautela, uma vez que o governo estava temeroso diante da possibilidade de investimentos estrangeiros e dívidas excessivas submeterem o país a um status análogo ao colonial, semelhante ao que acontecera com o Egito na época (JANSEN, 2002). Contudo, os empréstimos eram ainda assim um ‘mal necessário’, visto a demanda por investimentos centrais para os objetivos nacionais. Outra complicação eram os limites impostos pelos tratados desiguais impostos no Japão,

²² (財閥) *Zaibatsu* traduz-se como círculos financeiros. Quatro delas foram especialmente significantes ao longo do período Meiji e especialmente em períodos próximos da Segunda Guerra Mundial: Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e Yasuda. A influência das *zaibatsu* não se limitava somente ao campo econômico, mas também político e até mesmo militar (MACPHERSON, 1995).

dificultando a proteção das indústrias nascentes²³, somada ao déficit no comércio exterior²⁴, que levaram então o país a adotar uma política de ‘*bootstrap* auto-sustentável’ – isto é, usar apenas recursos próprios, sem investimentos externos, sustentados pela dinâmica do próprio país (TANG, 2006). O gráfico a seguir exemplifica a diferença na porcentagem de exportações e importações nas décadas de 1890-1910, ilustrando o déficit na balança comercial.

Figura 2 – Proporção de Exportações e Importações no PIB do Japão, 1890-1999



Fonte: Japan Economic Institute. Disponível em: <<http://jei.org/Restricted/JEIR00/003f.html>>. Acesso em set. 2015.

Para aplicar tal estratégia em um meio marcado pela inflação e flutuação de preços, o governo aplicou a chamada ‘deflação Matsukata’, denominada assim devido ao Ministro de Finanças que a aplicou a partir de 1881, Matsukata Masayoshi. Essa estratégia consistia na redução drástica dos gastos governamentais, grande aumento de impostos e privatização das indústrias e de recursos naturais como minas e florestas (JANSEN, 2002).

É a partir daí que as *zaibatsu* adquirem maior relevância. Além de serem subsidiadas pelo governo para atuarem em áreas estratégicas de infraestrutura, elas foram as principais

²³ Alguns autores argumentam que essa impossibilidade de estabelecer tarifas de proteção à indústria nascente foi na verdade decisivo para o sucesso da modernização e crescimento japonês, uma vez que o governo optou por aplicar estratégias que o tornaram mais competitivo (JANSEN, 2002).

²⁴ O Japão Tokugawa era exportador de chá e bichos-da-seda para a Europa, além de outros produtos no âmbito regional asiático, gozando de relativos superávits. Essa situação se reverteu na época da abertura nipônica, devido a maior qualidade e competitividade desses produtos provindos de outras nações, deixando o Japão com sérios déficits agravados pelas necessidades demandadas pela modernização (MACPHERSON, 1995).

compradoras das indústrias outrora apropriadas pelo governo e dos recursos naturais. Esses quatro conglomerados exerceram um ativo papel na modernização, em especial na aplicação de tecnologia avançada na indústria (MACPHERSON, 1995). Entretanto, na Era Meiji, as *zaibatsu* ainda se encontravam distantes do auge de sua concentração de poder e recursos, que chegou a representar 35% da receita total da economia japonesa em 1945²⁵.

Analisemos estatísticas de empresas no corte temporal de 1868 – 1912: num total de 1645 novas empresas, 3,16% eram *zaibatsu*. No setor primário e de construção foram registradas 12,04% de *zaibatsu*, em manufatura eram 4,85%, em serviços 1,02%, varejo e transporte 8,88%, utilidades 4,65%. Com efeito, a gênese da concentração de oligopólios tomava forma, mas foi somente a partir de 1912 até 1930 que as *zaibatsu* se tornaram mais complexas e intensificaram sua participação no total produtivo, criando novas subsidiárias e se diversificando (NAKAMURA, 2015).

Levando em consideração que as *zaibatsu* se encaminharam para a consolidação de seus monopólios industriais, financeiros e bancários a partir principalmente dos anos posteriores ao fim de Era Meiji em 1912, a pré-condição para a fase imperialista descrita por Lenin ainda não estava cumprida. A expansão colonial japonesa começou com Taiwan em 1895, antes do período de dominância dos conglomerados (GORDON, 2000). Os bancos subsidiários das *zaibatsu* também não haviam atingido níveis que os definissem como monopólios de capital financeiro ²⁶, especialmente visualizando seu vertiginoso crescimento posterior (YAMAMURA, 1999), .

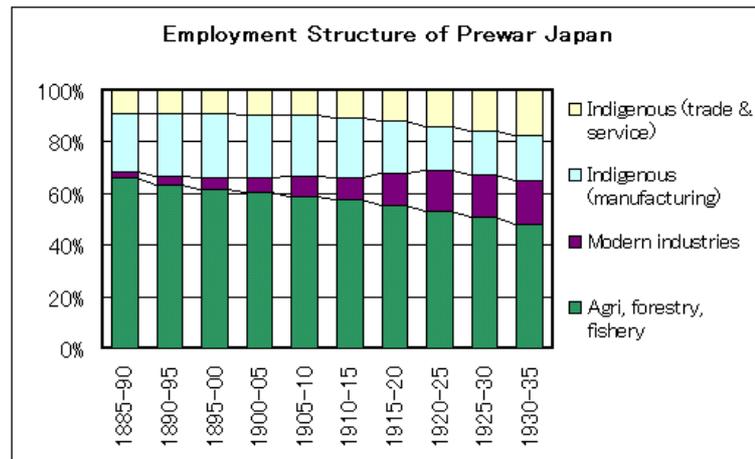
Não obstante, é importante lembrar que apesar da modernização e crescimento nipônicos, o Japão ainda era um país em desenvolvimento e de grande base agrária. Atividades como a agricultura e pesca eram responsáveis por 33% do valor da produção econômica total do Japão em 1910, empregando cerca de 67% da população. Mais da metade da produção manufaturada²⁷, que representava 23% do valor total da economia japonesa, provinha de ‘microempresas’ que empregavam normalmente menos de cinco pessoas. O mercado interno, ainda não tendo atingido níveis de saturação, abastecia-se em boa parte de importações (GORDON, 2000).

²⁵ Somando-se as dez principais *zaibatsu* do período. Nesse mesmo ano de 1945, esse grupo de *zaibatsu* também representava 53% da renda no setor de finanças e 49% da indústria pesada (NAKAMURA, 2015).

²⁶ Em 1910, a parcela de empréstimos, principal movimentação bancária das *zaibatsu* na época, proveniente dos bancos das cinco maiores atingia a marca de 17% (NAKAMURA, 1983). Em contraste, no ano de 1929, levando em conta a soma de todo capital, depósitos e reservas de bancos privados e empresas de crédito, 45,7% do valor estava concentrado em apenas oito *zaibatsu* (YAMAMURA, 1999).

²⁷ A indústria pesada não era a principal fonte de produção manufatureira, contando com 21%, mas sim a de bens leves e de baixo valor agregado, como têxteis e alimentos (NAKAMURA, 1983).

Figura 3 - Estrutura de Emprego no Japão pré-Guerra



Fonte: National Graduate Institute for Policy Studies. Disponível em: <http://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture_J/lec04.htm>. Acesso em set. 2015.

A presença de capital excedente, que leva à exportação de capitais – fator este importante não somente na argumentação de Lenin, como também na teoria do imperialismo moderno de Hobson²⁸ – também é um elemento que não condizia com o Japão Meiji. Na verdade, os gastos nos investimentos internos no país não abriam espaço para um excedente de capital²⁹ e os empréstimos estrangeiros, outrora evitados a todo custo, aumentaram com o advento das guerras Sino-Japonesa e Russo-Japonesa: em 1896 o valor de empréstimos era quase insignificante, mas chegou a 421 milhões de yenes em 1904, ano anterior à guerra com a Rússia (essa, por sua vez, extremamente dispendiosa para o país), e 1.970 milhões de yenes em menos de dez anos depois (GORDON, 2000).

A importância econômica das colônias para o Japão também era relativa, pois apesar do aumento de comércio com as colônias ter saltado de 2,7% em 1894-1903 para 7,8% em 1904-1913, os níveis no contexto geral ainda eram muito baixos. Levando em consideração que o comércio exterior correspondia a cerca de um quarto da atividade econômica total japonesa no período de 1904-1913, a atividade comercial com as colônias correspondia a menos de 2% do total (GORDON, 2000).

²⁸ J.A. Hobson, teórico e precursor dos estudos acerca do imperialismo, analisou em sua obra 'Imperialismo: um estudo' as consequências de rentabilidade do império no contexto da Grã-Bretanha. Segundo ele, o imperialismo é movido por investidores do círculo financeiro, desejosos de exportar o capital incapaz de ser investido domesticamente de forma lucrativa. Ele não atribui o capitalismo como vinculado ao imperialismo – considera esses impulsos como indesejáveis dentro do sistema (MARIUTTI, 2013).

²⁹ Ressaltando que, antes de 1881, as empresas e recursos foram captados pelo governo ao instaurar o regime imperial, além de que o Estado direcionava as atividades de empresas privadas para áreas estratégicas ao desenvolvimento interno do país (JANSEN, 2002).

As motivações evidentemente econômicas para a conquista de colônias tomaram força somente a partir da década de 30, momento em que o Japão, à essa altura muito dependente do comércio exterior, foi profundamente afetado pela Grande Depressão em 1929³⁰. Não obstante, os custos em homens e recursos foram extremamente altos no investimento na Guerra Sino-Japonesa em 1884-1885 que levou à conquista da primeira colônia do império nipônico - Taiwan, pertencente anteriormente à China Qing. O objetivo primário não era a busca por matérias-primas, mas a ampliação da esfera de influência japonesa, sob o pretexto de segurança nacional segundo o discurso oficial, e também o objetivo de evitar que outra potência se apropriasse do território (GORDON, 2000).

Dessa forma, ainda que as teorias do imperialismo de Lenin e até Hobson possam exemplificar parte do imperialismo japonês, especificamente os períodos posteriores a Era Meiji (Taisho [1912-1926] e parte do Showa [1926-1989] até o fim da 2ª Guerra Mundial), tais argumentações não explicam o porquê do imperialismo no Japão ter começado tão cedo, antes que o país atingisse as condições compreendidas como essenciais pelos autores. Do mesmo modo, elementos da teoria realista também oferecem uma análise que negligencia elementos de central importância no contexto e que são essenciais para o entendimento da particularidade do caso japonês ante os demais países da região.

3.2 A Queda do Outro e a Formação de Identidade

Um fator central para o contexto nipônico e que não foi contemplado por ambos autores é o já mencionado sistema do extremo oriente – particularmente a quebra desse sistema, que estava sendo palco dos avanços imperialistas na virada para o século XX. Ressaltando que a China era o principal ‘Outro’ japonês e ele, assim como outros países asiáticos, baseava sua identidade na noção de *Chuka shiso*, o sino-centrismo do sistema que incluía caracteres tributários, comerciais e culturais.

Em outras palavras, o expansionismo neocolonial das potências europeias foi tomado como política pelo Japão, desejoso de se equivar ao Ocidente, mas era circundado por outros elementos contextuais essenciais que eram muito diferentes daqueles vivenciados pelos poderes ocidentais no período. O Japão, ao contrário dos demais países imperialistas da

³⁰ Os efeitos da Grande Depressão surgiram em um contexto em que o Japão estava em relativa estagnação econômica e havia tido sua capital devastada pelo Terremoto de Kanto, de magnitude 7.9, em 1923. Além disso, a demanda por matérias-primas havia aumentado exponencialmente e as indústrias buscavam mercado para exportar seus bens (PYLE, 1996). A política imperialista e expansionista, nessa época até o final da Segunda Guerra Mundial, foi adotada formalmente pelo governo em sua prática e discurso de política externa, frequentemente mascarada sob pretextos pan-asiáticos (SAALER, 2002).

época, enfrentou a quebra desse sistema unipolar sino-cêntrico em que se inserira por milhares de anos, a partir da queda e derrocada chinesa frente à Grã-Bretanha na Guerra do Ópio, gerando grande instabilidade e desequilíbrio regionais, e a preocupação em se equivaler ao Ocidente era temperada não somente pela competitividade e desejo de reconhecimento, mas também pelo temor de cair vítima do colonialismo como seus países vizinhos.

Tendo em vista esse panorama e as lacunas explicativas na análise das causas do imperialismo japonês utilizando parâmetros definidos por Lenin, é relevante aplicar análises pautadas em elementos ‘não materiais’ - a identidade e os demais elementos a ela relacionados, como comportamento, normas, dentre outros. O conceito de identidade, aqui, adquire o sentido proposto por Jepperson, Wendt e Katzenstein (1996):

[...] The concept of “identity” thus functions as a crucial link between environmental structures and interests. The term comes from social psychology, where it refers to the images of individuality and distinctiveness (“selfhood”) held and projected by an actor and formed (and modified over time) through relations with significant “others”. Thus the term (by convention) references mutually constructed and evolving images of self and other. (JEPPERSON; WENDT; KATZEINSTEIN, 1996, p.15).

Argumentos levantados pelos autores ressaltam a importância do ambiente de segurança no qual os Estados se inserem – importância esta não apenas material, mas também de influências culturais e institucionais. Seguindo nessa linha de pensamento, destacam que os ambientes culturais afetam, além do comportamento, a própria identidade do Estado, entendida conceitualmente como suas características básicas. Um efeito que reflete na identidade, por ela ser um elemento constitutivo do Estado, produz efeitos, conseqüentemente, nos interesses e políticas de segurança nacional. Em um nível maior, mudanças na configuração da identidade de um Estado podem também ter reflexos nas estruturas normativas – regimes e comunidades de alianças de segurança são alguns exemplos.

Dessa forma, os ambientes podem afetar os Estados em três níveis diferentes: no nível do comportamento, nas propriedades contingentes do Estado como identidades e interesses, ou até na sua própria existência ou aniquilação (JEPPERSON; WENDT; KATZEINSTEIN, 1996). O ambiente que circundava o Japão nos anos de sua forçada abertura por Perry e os anos que se seguiram, conforme explorado no capítulo anterior, foi palco de uma brusca ruptura com o modelo de sistema que vigorara durante séculos com o protagonismo chinês.

Seguindo a lógica proposta acima sobre os efeitos do ambiente nos Estados, pode-se dizer que o Japão foi afetado por isso tanto em seu comportamento quanto em suas

propriedades contingentes de forma evidente, além do fato de que na percepção dos condutores da política japonesa o conturbado ambiente representava uma ameaça direta à existência e autonomia do Estado.

Sua alteração em comportamento, ilustrada em ponderações anteriores, traduz-se em um primeiro momento na tentativa prática de se dissociar de sua imagem oriental, vista como atrasada³¹, e se aproximar das potências ocidentais que se tornaram o seu Outro, posição até então ocupada pela China. Logo, nesse momento que compreende o recorte temporal aproximadamente do início da Revolução Meiji em 1968 até meados de 1890, os esforços foram voltados no estabelecimento de molde institucional conforme padrões ocidentais e na modernização estrutural e econômica do país. O progresso era visto como matéria de sobrevivência e a ideologia dominante nesse período era expressa no lema vigente: *datsu-a nyu-o* (脱亜入欧) – deixar a Ásia e se juntar ao Ocidente.

A ideologia de *datsu-a nyu-o* e sua alienação da cultura tradicional japonesa em prol da assimilação de filosofias e práticas ocidentais permaneceu predominante até aproximadamente a época da Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), cuja vitória japonesa significou a anexação de Taiwan como parte das demandas. Essa guerra fora extremamente significativa no sentido de reafirmação da identidade do Japão, tendo em vista o importante papel ocupado pelo Império Chinês na região.

Entretanto, uma nova direção de identidade japonesa começa a tomar forma nesse período. Um sentimento de hostilidade voltado ao Ocidente iniciara-se, em especial após a Intervenção Tripartite³² – composta pela Rússia, Alemanha e França, que forçara a devolução territorial da Península Liaotung ocupada durante a guerra (KAJIMA, 1980).

Esse ato, recebido como humilhação por parte dos japoneses e um claro indicativo da inferioridade no quesito militar, incentivou aumentos massivos em investimentos nessa área, reconhecendo que o país não seria páreo ante as demais potências caso elas desejassem intervir militarmente em terras nipônicas (GORDON, 2000). A preocupação com a segurança nacional novamente tornou-se prioridade para líderes do governo e parte deles acreditava que a melhor direção de proteção seria expandir sua esfera de influência para além de suas

³¹ Essa nova visão japonesa era sustentada por diversos autores na época, ressaltando que o Ocidente não era necessariamente inerentemente superior ao Oriente, mas 'historicamente mais avançado' (BLOCKER; STARLING, 2001, p.104).

³² Essa intervenção era especialmente desejável para os interesses da Rússia, visto que o país se esforçara nos últimos anos para expandir sua influência na esfera do extremo Oriente e não esperava que o Japão vencesse a guerra. Alemanha (também motivada por questões raciais) e França integraram a Intervenção Tripartite sobretudo para manter a aliança diplomática com a Rússia para seus próprios interesses (KAJIMA, 1980).

fronteiras nacionais, criando uma espécie de “barreira” contra países como a Rússia (PYLE, 1996).

Com efeito, as tensões com a Rússia intensificavam-se cada vez mais e a disputa de influência entre os dois países com relação à Coreia³³ atingira níveis críticos, culminando em 1904 na Guerra Russo-Japonesa, com pesadas baixas para ambos os lados e terríveis consequências para civis da China, palco de boa parte das batalhas. A vitória do Japão era inesperada para a maioria dos países e fora a primeira vez na era moderna que uma nação do Extremo Oriente derrotara uma potência ocidental. Alguns países, como a Grã-Bretanha, expressaram admiração ante os resultados. Outros países, em especial a Alemanha do Kaiser Wilhelm II – sendo ele responsável por cunhar o termo ‘perigo amarelo’ e propagar ideias de profunda discriminação e xenofobia contra asiáticos – entenderam o resultado como indicativo do suposto perigo que a Ásia poderia representar para o mundo.

Se por um lado a vitória representara uma recuperação da confiança nacional, por outro, a opinião pública revoltou-se³⁴ diante dos termos do Tratado de Portsmouth celebrado ao fim da onerosa guerra, com mediação de Theodore Roosevelt, que não incluiu a almejada reparação financeira e ganhos territoriais. Somado ao fato de que nações como Estados Unidos, Austrália, França, dentre outras, criavam políticas anti-imigração asiática cada vez mais restritivas e reforçavam discursos de inferioridade racial ‘amarela’, esse ambiente internacional e doméstico contribuíram para uma mudança de direção primordial na identidade japonesa. Claramente, as expectativas do Estado japonês de se equiparar ao Ocidente e ser reconhecido como igual não foram atendidas. Legro (2009) ressalta a relação entre as expectativas do ator e sua mudança de identidade:

In a sentence, national identity depends on the degree to which the expectations of related policy ideas are defined by events, negative consequences result, *and* some socially viable idea exists and meets expectations (LEGRO, 2009, p. 48).

Observou-se, então, um crescente aumento no sentimento de nacionalismo dessa vez pautado em ideias cujas raízes residiam não mais em princípios ocidentais, mas na tradição japonesa (SPAULDING, 1972, p.520), denominado *Nihonshugi* (ASKEW, 2004). O

³³ A influência e dominação da Coreia eram, para os líderes Meiji, não somente questões de provar ao Ocidente que o Japão era digno de figurar entre as ‘nações civilizadas’ imperialistas, mas também o ápice das preocupações de segurança nacional: pela sua proximidade com o arquipélago e fronteiras com China e Rússia, era considerada na época a “adaga apontada para o coração do Japão” (JANSEN, 2002).

³⁴ Protestos populares massivos iniciaram-se em Tóquio em resposta aos termos resultantes do Tratado de Portsmouth e se estenderam para outras cidades vizinhas, atingindo dimensões em que o governo fora forçado a declarar lei marcial para reestabelecer a ordem (GORDON, 2014).

Nihonshugi, nacionalismo fervoroso, agressivo e radical, enfatizava a tradição e a busca por uma nova identidade nacional, presente em diferentes esferas da população de forma crescente. O Japão, percebendo que a sua política de ocidentalização falhara em posicionar o país como igual ante as demais potências imperialistas do Ocidente, voltou-se desta vez para a recuperação de elementos tradicionais e sua reinterpretação. O Ocidente já não era mais visto como objeto de temor ou admiração, mas de antagonismo (ASKEW, 2004)³⁵.

Cabe aqui uma breve reflexão sobre nacionalismo e alguns elementos que o constituem e/ou o fortalecem. Apesar da falta de consenso acadêmico a respeito das suas origens e seu funcionamento, há um entendimento compartilhado de que as questões de identidade, tanto pessoal quanto coletiva, são fundamentais nesse processo (BELL, 2007). Bell ressalta, ainda, que o nacionalismo, para seu próprio funcionamento e difusão, necessita de se apropriar de narrativas, sejam elas históricas ou mitológicas, para exaltar a importância da nação e conectar-se de forma emotiva aos indivíduos, criando um senso de comunidade. Dessa forma, a memória atua como um elemento coesivo e capaz de delimitar as fronteiras entre o Eu e o Outro.

3.3 Pan-asiatismo, o discurso imperialista e considerações finais

Nesse contexto, surge o Japão uma nova ideia entre as elites dos mais diversos círculos intelectuais, mídia e políticos – o Pan-asiatismo. Advogando o princípio de ‘Ásia para os asiáticos’ sob a liderança do Imperador do Japão, o discurso consistia na retórica do dever japonês de ‘salvar’ os países asiáticos da invasão espiritual e física do Ocidente, além de promover uma resistência regional ao avanço do imperialismo europeu e estadunidense (SAALER, 2002) ao se identificar agora como pertencente ao Oriente e alegadamente possuir de forma condensada as virtudes da região (ASKEW, 2004). Essa ideia fora se tornando gradualmente mais influente em diversas camadas, incluindo no âmbito do discurso político, apesar de nessa época ainda não ter tomado a forma de uma ideologia bem definida (SAALER, 2002). Entretanto, é importante ressaltar que apesar do retorno às raízes asiáticas por parte do Japão, a sua xenofobia e discriminação voltada aos demais países do Extremo Oriente ainda eram evidentes e permeavam com frequência a propaganda nipônica e justificativas de uma auto-declarada superioridade racial, cultural e material.

³⁵ Esse antagonismo japonês ante o Ocidente (e vice-versa) torna-se ainda mais evidente na Conferência de Paz de Paris (1919), palco das negociações dos termos de paz após a Primeira Guerra Mundial. Nesta ocasião, o Japão propôs uma cláusula de igualdade racial no Pacto da Liga das Nações, que fora negado (JANSEN, 2002).

O discurso e a propaganda governamental, dessa forma, começaram a ser permeados pela noção expansionista imbuída no conceito de Pan-asiatismo. Até mesmo o termo ‘Imperialismo’, em japonês, pode sugerir como essa política expansionista era disfarçada sob pretextos ‘virtuosos’. A palavra utilizada, *Teikokushugi* (帝國主義)³⁶ é composta pelos ideogramas 帝(imperador, deus, soberano), 国(país), 主(principal, mestre) e, de particular significância, 義(virtude, justiça, moralidade, honra). Ou seja, além de reforçar a ideia de centralidade e soberania do Imperador do país, o termo era imbuído com conotações positivas e virtuosas, sendo um indicativo do discurso voltado à justificação dessa política colonizadora.

A conquista e anexação da Coreia, promovida em 1910 (já próximo ao fim da Era Meiji, em 1912), gerou indignação por parte dos países da região e reduziu consideravelmente o apoio que eles estendiam à ideia de Pan-asiatismo. Conforme destacado por Saaler:

Under Japanese leadership, it was thus assumed, Asia had to gather against Western imperialism and strive for “liberation” from colonial rule. The leadership role for Japan was confirmed by Japanese progress in terms of modernization and industrialization which was, above all, demonstrated in the war against Russia (1904/05) Henceforth, Japanese leadership was widely acknowledged in most of Asia [...] – until the annexation of Korea in 1910 manifested the dilemma of using the pan-Asian ideology to legitimize Japanese colonial rule over parts of Asia, while the same ideology claimed they needed “liberation” from European colonialism (SAALER, 2002, p. 12).

Posteriormente, cabe ressaltar (ainda que fuja do escopo de análise deste trabalho) que nos períodos Taishô (1912-1926) e Showa (1926-1989) até o fim da Segunda Guerra Mundial, a política Pan-asiática foi formalmente adotada pelo governo como legitimação de sua atividade colonial, e a militarização e expansão japonesa com fins de formação de uma hegemonia local eram mais fortes e evidentes do que nunca (SAALER, 2002). Naturalmente, o antagonismo em relação ao Ocidente permaneceu uma diretriz essencial nesse discurso – reforçado ainda mais diante de alguns eventos como a recusa da Liga das Nações de considerar o Japão formalmente igual aos países ocidentais (JANSEN, 2002).

A noção de liderança regional nipônica ganhara tal força na década de 30 que criara as bases para uma das mais proeminentes teorias de política e economia formuladas no Japão – o chamado Modelo dos Gansos Voadores. Tal modelo, popularizado na década de 60, toma como base a imagem da formação em ‘V’ adotada pelos gansos em voos migratórios, sendo que o ganso líder conduz os demais integrantes do bando. Transpondo essa situação para a

³⁶ Consulta da lexicografia do termo realizada em: < <http://jisho.org/word/帝國主義>>. Acesso em: set. 2015.

realidade internacional, esse modelo aplica a ideia das vantagens comparativas para argumentar que o caminho das nações asiáticas é alcançar econômica e tecnologicamente o Ocidente, sob a liderança do Japão em um sistema hierárquico regional cujas posições não são necessariamente fixas: como em um voo de gansos, existe um revezamento de posição eventual (KASAHARA, 2004).

Tendo tudo isso em vista, fica clara a guinada ideológica e identitária vivenciada pelo Japão nesse segundo momento da Era Meiji, em especial após a Guerra Russo-japonesa, com um crescente nacionalismo e o não-cumprimento das expectativas do Estado nipônico em relação ao Ocidente e ao sistema internacional anárquico em que se inseria.

É inegável que existe uma gama de elementos extremamente ampla para se levar em consideração em uma reflexão teórica e factual sobre o caso japonês estudado. Entretanto, apesar da complexidade de fatores, com o respaldo da análise até então conduzida no presente trabalho, é possível sugerir o catalisador dessa transformação ideológica e prática no Japão: a quebra do sistema tributário hegemônico na região do Leste Asiático a partir da intervenção Ocidental e seus profundos efeitos na identidade japonesa. Muitos dos elementos envolvidos derivam das ramificações e consequências diretas e indiretas dessa primordial transformação, cujos impactos foram severos na região e, posteriormente, inclusive em nível global³⁷. Retomemos os principais pontos que sustentam o argumento.

Em primeiro lugar, a identidade japonesa ao longo dos séculos havia sido constantemente pautada em bases reflexivas entre o que era ‘chinês’ versus o que era ‘japonês’, sendo a China seu grande ‘Outro’ cujas práticas e normas eram assimiladas e adaptadas, cuja cultura e civilização eram admiradas (KANG, 2012). As políticas de um Estado simultaneamente reproduzem e reconstróem a estrutura cultural e institucional em que se inserem, ou seja, essa estrutura não pode ser analiticamente divorciada dos processos pelas quais elas são produzidas, reproduzidas e transformadas (JEPPERSON; WENDT; KATZEINSTEIN, 1996, p.18). Dada a derrota da China diante da Grã-Bretanha na Guerra do Ópio, entrou em colapso o milenar sistema tributário chinês e seus princípios ordenadores Confucionistas. O Japão constatara não somente uma superioridade material em termos bélicos e tecnológicos do Ocidente, mas também considerara o Ocidente superior em termos

³⁷ Levando em consideração que a ideia Pan-asiática, por exemplo, se intensificou juntamente com o imperialismo japonês, levando à eventual Segunda Guerra Sino-Japonesa e a participação no Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

de civilização – contrastando com as antigas concepções de ocidentais como bárbaros (JANSEN, 2002), por não se inserirem no sistema de normas compartilhadas do Leste Asiático. Ocorrera, em suma, toda uma substituição de um sistema internacional por outro.

Igualmente importante é a constatação de que a mudança de identidade, por sua vez, pode gerar mudanças substanciais no que concerne aos interesses que moldam a política de segurança nacional (JEPPERSON; WENDT; KATZEINSTEIN, 1996, p.16). A evidente mudança de identidade japonesa na Era Meiji, logo, gerou mudanças nas suas metas de segurança nacional: o expansionismo passara, no primeiro momento, a ser simultaneamente uma forma de se equivaler ao Ocidente, como também de evitar possíveis tentativas de ataque ou conquista ocidental, já que situações como essa se tornaram a norma no Leste Asiático e o Japão era o único país não colonizado ou semi-colonizado na região.

Em segundo lugar, a quebra do sistema hegemônico em que o Japão se inserira gerou também uma quebra nas expectativas dos atores – em um contexto totalmente novo, não havia previsibilidade do que poderia ocorrer nas relações interestatais. Isso gera uma busca não só por segurança física, como também a segurança ontológica, definida por Mitzen (2006) como *“the subjective sense of who one is, which enables and motivates action and choice”* (MITZEN, 2006, p. 344). Em outras palavras, pode ser entendida como o sentimento da necessidade de possuir uma identidade contínua e inteira ao longo do tempo, ao contrário de em constante mudança, para perceber seu senso e capacidade de agência – uma segurança na própria identidade. E a forma de se conseguir atingir a segurança ontológica é através da rotinização das relações de um ator com seus Outros significantes, que lhes confere uma segurança cognitiva (MITZEN, 2006, p. 342).

Dentro do sistema tributário chinês, as normas eram compartilhadas e compreendidas entre os principais Estados participantes – logo, garantindo um nível de previsibilidade de relações, criação e manutenção de identidades contínuas, conforme debatido no primeiro capítulo. Ou seja, já possuía uma visão de mundo e comportamento baseado em uma auto-imagem e princípios normativos comportamentais já há muito estabelecidos (LEGRO, 2009, p. 50-51). A própria política externa da Era Tokugawa favorecia uma determinada identidade que era completamente oposta daquela adotada pelas potências europeias no século XIX. Todavia, com a intervenção ocidental e a quebra desse sistema, pode se concluir diante da

observação do desenrolar dos fatos que a insegurança material e ontológica se instaurara, e as profundas transformações na identidade japonesa são indissociáveis desses catalizadores.

Nesse novo ambiente, dotado de características competitivas e predatórias, permeado pela lógica do darwinismo social que implicava a “sobrevivência dos mais aptos”, novas identidades foram moldadas e diferentes políticas foram adotadas em reação a esse contexto, nomeadamente um caráter de modernização e expansionismo. A reação ante o não cumprimento das expectativas japonesas em relação ao reconhecimento de equidade junto às potências ocidentais acaba por gerar nacionalismo e uma nova identidade que, nesse contexto descrito, adquire características que favoreciam a implementação de objetivos imperialistas não mais em consonância com o Ocidente, mas em contraposição a ele.

CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi apresentado, podemos verificar que há de fato uma série de elementos envolvidos no complexo panorama global e regional asiático de meados do século XIX até a década inicial do século XX. Mudanças profundas em sistemas já estabelecidos, choques culturais, conflitos e invasões, ideologias e identidades, desequilíbrios domésticos, transformações – são apenas alguns dos diversos fatores que permearam a realidade do período.

Não se deve negar, claro, os elementos materiais em uma análise política sobre o imperialismo e expansionismo. Todavia, os elementos não-materiais - como a identidade, normas sistêmicas e expectativas - são vitais na tarefa de como compreender as alterações no comportamento do Estado e como se dão seus rumos. A identidade compartilhada entre os Estados no sistema tributário chinês; a identidade japonesa criada em justaposição e contraposição com a chinesa; a identidade adotada no período da política externa *sakoku* da Era Tokugawa; a identidade em um sistema colapsado e permeados de atores agressivos e suas concepções. Na raiz da identidade sistêmica e nacional residia um arranjo hegemônico que, ao ser quebrado pelo avanço imperialista ocidental, gerou toda uma mudança nas identidades, comportamento e expectativas.

Ainda há muito que se debater academicamente em relação aos elementos constituintes e causais do imperialismo e do expansionismo, e com esse entendimento o presente trabalho buscou contribuir na discussão, dando enfoque nos elementos históricos, os conceitos de identidade e esclarecendo as relações com a existência ou quebra de sistemas de normas e crenças em que o Estado analisado se inseria.

As consequências concretas desse período histórico e o curso de ação política adotado pelo Japão durante as décadas seguintes são evidentes até mesmo na atualidade. Além das perdas e danos físicos, a memória dos horrores da guerra, da conquista e da destruição que permearam a Ásia até o final da Segunda Guerra Mundial permanece latente e gera desentendimentos entre as nações e discriminação entre os povos da região. Compreender a história, sem esquecer, minimizar ou justificar o ocorrido, admitindo o passado e se comprometendo a reconhecer seus atos são os primeiros passos ainda necessários para uma verdadeira reaproximação e superação conjunta entre esses países.

Diante das conclusões elaboradas, talvez seja possível também uma melhor compreensão de outros momentos da história da humanidade, até mesmo momentos contemporâneos de outros contextos, em que intervenções de poderes em sistemas regionais já consolidados causaram profundas consequências nas identidades – bem como suas normas, crenças e comportamentos – dos atores afetados. Consequências essas, como no caso japonês, que podem representar grandes problemas e atrocidades futuras em níveis regionais ou até mesmo globais. Observemos por exemplo regiões do Oriente Médio que foram diretamente influenciados pelos Estados Unidos, na busca obtenção de meios para atingir seus próprios interesses, e que hoje são completamente desestabilizadas e fontes de preocupação de segurança para o próprio interventor.

Dessa forma, devemos também sempre ter um olhar crítico diante da percepção de como políticas expansionistas e intervencionistas, que visam atingir os interesses de um determinado Estado, podem estar disfarçadas sobre pretextos alegadamente ‘altruístas’ – sejam eles a ‘salvação em face do Ocidente’, trazer a ‘civilização’ ou a ‘democracia’ para determinados povos.

Não obstante, essa análise histórico-conceitual também traz à luz a própria possibilidade de expansão dos horizontes do campo de Relações Internacionais, uma vez que suas teorias tradicionais tomam como universais conceitos e realidades derivados de experiências particulares do Ocidente, frequentemente desconsiderando ou contemplando apenas como exceções à regra as experiências que fogem dos padrões definidos por essa esfera. Para um enriquecimento de nossas visões analíticas e percepções, uma abordagem menos eurocêntrica e mais questionadora pode inclusive trazer alternativas aos elementos cristalizados no arcabouço teórico desse campo.

REFERÊNCIAS

- ADOLPHSON, Mikael S. **The Gates of Power: Monks, Courtiers and Warriors in Premodern Japan**. Manoa: University of Hawaii Press, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. Historical Perspectives on States, Markets and Capitalism, East and West. In: **Japan Focus**, 10 de janeiro de 2008. Disponível em : <<http://www.japanfocus.org/-Giovanni-Arrighi/2630/article.html>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- ASKEW, Rie Kido. The Cultural Paradox of Modern Japan: Japan and its Three Others. In: **New Zealand Journal of Asian Studies** v.6, n.6. Auckland: New Zealand Asian Studies Society, 2004, p. 130-149.
- BEASLEY, W.G. **The Japanese Experience: A Short Story of Japan**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
- BELL, Duncan S. A. Mythscapes: memory, mythology and national identity. In: **British Journal of Sociology**, n.1, v. 54, 2003, p. 63-81.
- BERRY, Mary Elizabeth. **Hideyoshi**. Cambridge: Council on East Asian Studies Harvard University, 1989.
- BLOCKER, H. Gene; STARLING, Christopher L. **Japanese Philosophy**. Nova York: State University of New York Press, 2001.
- BUSH, Barbara. **Imperialism and postcolonialism**. Nova York: Pearson Education Limited, 2006.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Universidade de Brasília, 2. Ed., 2001.
- CARR, Michael. Wa 倭 Wa 和 Lexicography. In: **International Journal of Lexicography**, n. 5, v. 1, 1992, p. 1-30.
- COX, Robert W. **Approaches to World Order**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
- DAVIS, Paul K. **100 Decisive Battles: From Ancient Times to the Present**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DEAL, William E. **Handbook to Life in Medieval and Early Modern Japan**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- FUKASE-INDERGAARD, Fumiko; INDERGAARD, Michael. Religious Nationalism in the Making of the Modern Japanese State. In: **Theory and Society**, n.4, v. 37, 2008, p. 343-374.

GORDON, Andrew. Social Protest in Imperial Japan: The Hibiya Riot of 1905. In: **The Asia-Pacific Journal**, n. 3, v. 29, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.japanfocus.org/-Andrew-Gordon/4150/article.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.

GORDON, Bill. **Explanations of Japan's imperialistic expansion, 1894-1910**. 2003. Disponível em: <<http://wgordon.web.wesleyan.edu/papers/imperialism.htm>>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

HANE, Mikiso. Early Meiji Liberalism. An Assessment. In: **Monumenta Nipponica** v.24, n.4. Chiyoda: Sophia University, 1969, p. 353-371.

HANE, Mikiso. **Modern Japan: a Historical Survey**. Colorado: Westview Press, 1992.

HARA, Katsuro. **An Introduction to the History of Japan**. Nova Iorque/Londres: G. P. Putnam's Sons, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/introductiontohi00hararich>>. Acesso em: 17 de março de 2015.

HOWE, Stephen. **Empire: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, P.(Org.). **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova York: Columbia University Press, 1996.

KAJIMA, Morinosuke. **Diplomacy of Japan, 1894-1922**. Nova York: Japan Publications US, v.1, 1980.

KANG, David C. **East Asia Before the West: Five Centuries of Trade and Tribute**. Nova York: Columbia University Press, 2012.

KASAHARA, Shigehisa. **The Flying Geese Paradigm: A Critical Study of its Application to East Asian Regional Development**. United Nations Conference on Trade and Development, n.169, 2004.

LEGRO, Jeffrey W. The Plasticity of Identity under Anarchy. In: **European Journal of International Relations**, n. 1, v. 15, 2009, p. 37-65.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 1916. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>

MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

MARIUTTI, Eduardo B. Interpretações clássicas do imperialismo. In: **Texto para discussão Instituto de Economia Unicamp**, n. 216, 2013.

MCLAREN, Walter Wallace. **A Political History of Japan During the Meiji Era 1867-1912**. Cambridge: Pyrrhus Press, 2014.

MCNEILL, David. What role Japan's Imperial Family?. In: **Japan Focus**, 2005. Disponível em: <<http://www.japanfocus.org/-David-McNeill/2164/article.html>>.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.

MITZEN, Jennifer. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. In: **European Journal of International Relations**, n. 3, v. 12, 2006, p. 341-370.

MONSMA, Karl. Apresentação. In: TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

MOORE, Gregory J. **Research Methods for International Relations Studies: Assembling an Effective Toolkit**, 2007.

MORRIS, J.F. Central Control or Parallel Evolution: Samurai Landholding in Tokugawa Japan. In: **Early Modern Japan** v.6, n.1, 1997, p. 17-26.

NAKAMURA, Masao. **Economic Development and Business Groups in Asia: Japan's Experience and Implications**, 2015. Disponível em: <http://strategy.sauder.ubc.ca/nakamura/nakamura_IAER_15Jan2015.pdf>. Acesso em: ago. de 2015.

NAKAMURA, Takafusa. **Economic Growth in Prewar Japan**. New Haven: Yale University Press, 1983.

OSAMU, Wakita. The Emergence of the State in Sixteenth-Century Japan: From Oda to Tokugawa. In: **Journal of Japanese Studies** v. 8, n. 2., 1982, p. 343-367.

PERRIN, Noel. **Giving up the Gun: Japan's Reversion to the Sword, 1543 – 1879**. Massachusetts: David R. Godline, 1988.

PYLE, Kenneth B. **The Making of Modern Japan**. Boston: Cengage Learning, 1996.

RACY, Joaquim. História e Política Externa Brasileira: Considerações sobre a História e Historiografia das Relações Internacionais no Brasil. In: **Teoria e Sociedade**, n. 16.1, janeiro-junho, 2008, p. 216-231.

RAVINA, Mark. State-Building and Political Economy in Early-modern Japan. In: **The Journal of Asian Studies**, v. 54, n. 4. Association for Asian Studies, 1995, p. 997-1022.

SAALER, Sven. Pan-Asianism in Meiji and Taishô Japan: A Preliminary Framework. In: **Deutsches Institut für Japanstudien - Working Papers**, v.20. Tóquio: Deutsches Inst. Für Japanstudien, 2002.

SPAULDING, Robert M. Japan's Search for Cultural Identity. In: **Comparative Studies in Society and History**, n. 4, v. 14. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, p. 514-520.

TAKANO, Yayori. Foreign Influence and the Transformation of Early Modern Japan. In: **Emory Endeavours Journal**, v.3. Georgia: Emory University, 2003, p. 82-93.

TANG, John P. **The Role of Financial Conglomerates in Industry Formation**: Evidence from Early Modern Japan. Berkley: University of California, 2006. Disponível em: <<http://www.iga.ucdavis.edu/Research/All-UC/conferences/2006-fall/Tang.pdf>>. Acesso em: set. de 2015.

TASHIRO, Kazui. Foreign Relations During the Edo Period: Sakoku Reexamined. In: **Journal of Japanese Studies** v.8, n.2. The Society for Japanese Studies, 1982, p.283-306.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TOBY, Ronald. **State and Diplomacy in Early Modern Japan**: Asia in the Development of the Tokugawa Bakufu. Princeton: Princeton University Press, 1991.

TOTMAN, Conrad D. **The Collapse of the Tokugawa Bakufu, 1862-1868**. Manoa: University of Hawaii Press, 1980.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism After the Cold War. In: **International Security**, v.25, n.1, 2000, p.5-41.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Addison-Wesley Pub. Co., 1979.

WENDT, Alexander. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2014.

WHITE, James W. State Growth and Popular Protest in Tokugawa Japan. In: **Journal of Japanese Studies**, v. 14, n.1, 1988, p. 1-25.

WILSON, George M. Plots and Motives in Japan's Meiji Restoration. In: **Comparative Studies in Society and History** v.25, n.3. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 407-427.

YAMAMURA, Kozo. Japan, 1868-1930: a revised view. In: TSUTSUI, William M. (Org.). **Banking in Japan**: The evolution of Japanese banking, 1868-1952. Nova York: Routledge, 1999.

YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. O Estabelecimento das Relações Brasil – Japão no Século XIX. In: **Textos de História** v.4, n. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p. 125-148.

YONEMOTO, Marcia. Tokugawa Japan: an Introductory Essay. In: **Program for Teaching East Asia**, University of Colorado. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/CAS/tea/curriculum/imaging-japanese-history/tokugawa/essay.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

YONGJIN, Zhang; BUZAN, Barry. The Tributary System as an International Society in Theory and Practice. In: **The Chinese Journal of International Politics**, v. 5, 2012, p. 3-36